

**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHASAVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site:**Solicitação de Compra Nº 75/2023**

Solicitante:	Daiane Santos Pirolo	Data da Solicitação:	05/04/2023
Organograma:	0600200000 - DIVISÃO DE CULTURA		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo- Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes		
Objeto:	Registro de preço para aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra atender a Secretaria de Cultura.		
Justificativa:	Justifica-se a necessidade da compra desses instrumentos para a continuidade da Fanfarra, um projeto esse que leva para as crianças e adolescentes o primeiro contato com a música. Desenvolvendo também a atenção e ensinando sobre ter disciplina.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103428-1	5,00	UNI	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12	499,0000	2.495,00
2	770103429-1	10,00	UNI	Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada. catmat 14222	340,0000	3.400,00
3	770103430-1	10,00	UNI	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada catmat 14222	360,0000	3.600,00
4	770103431-1	4,00	UND	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada catmat 14222	630,0000	2.520,00
5	770103432-1	65,00	UND	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado catmat 14222	27,0000	1.755,00
6	770103433-1	40,00	UND	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largura, Material Nylon, Ponteira de Metal Giratória catmat 14222	16,7700	670,80
7	770103434-1	50,00	UND	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm catmat 14222	9,0000	450,00
8	770103435-1	20,00	UND	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6", 41cm catmat 14222	37,9000	758,00
9	770103436-1	10,00	UNI	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm catmat 14222	36,9000	369,00
10	770103437-1	10,00	UND	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm catmat 14222	69,0000	690,00
11	770103438-1	40,00	UND	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa catmat 14222	25,0000	1.000,00
12	770103439-1	10,00	UND	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa catmat 14222	34,5200	345,20

Preço Total: 18.053,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
240 - 06.002.13.392.0022.1012.4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	00000- 00000.01.07.00.00.1 .500.0000	18.053,00

Prefeitura Municipal de Congonhinhas
Estado do Paraná
PROTOCOLO
Nº 240/2023 Hora: 11:22
Data 10 / 04 /2023
maiana J. Dias
Assinatura

Congonhinhas, 05 de Abril de 2023.

DAIANE SANTOS PIROLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO
CULTURA E TURISMO
DECRETO Nº 3087/2021

Assinatura do Responsável

Estudo Técnico Preliminar 22/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Preliminar destina-se a aquisição de instrumentos de percussão, cuja a necessidade é a para continuidade da fanfarra, que é um projeto que exercem uma importante função de inclusão, levando aos jovens e adolescentes uma formação musical, ensinando muito sobre ter foco, disciplina e concentração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	Daians Santos Pirolo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2 Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3 Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2 Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.3 Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

4.4 O prazo de entrega dos instrumentos é de 30 (trinta) dias;

5. Levantamento de Mercado

De acordo com objeto em questão, o mesmo poderá ser fornecido por diversas empresas do ramo, a qual visamos a melhor forma de contratação, em que pelo presente valor e a necessidade das Secretarias requisitante.

Logo, a presente aquisição poderá ser atendida por diversas empresas.

Deste modo, foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviços da área e sistema Banco de Preços e loja física.

Registrou-se os valores e será utilizado como critério menor preço para contratação.

Ainda, pontuando quanto ao âmbito regional, aplicando o Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a

necessidade e a contratação em questão. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na aquisição de equipamentos de percussão para darmos continuidade ao projeto de fanfarra, para atender a demanda da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas foram realizadas com base nas necessidades e faltas de equipamentos de percussão para o projeto da fanfarra, cuja a sua execução e ao saldo final correspondente para cada item, logo, o planejamento na contratação futura e ao quantitativo atendendo de forma plausível as atividades inerentes da administração pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na presente contratação não se aplica o parcelamento da solução, tendo em vista que a entrega será de remessa única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente demanda não é necessária uma contratação correlata ou interdependente

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento das Secretaria Municipal requisitante. Com objetivo de manter as atividades diárias desempenhadas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios com a referente aquisição visa atender ao projeto da fanfarra, levando para nossas crianças o contato com a música, a inclusão e a disciplina.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente licitação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição se faz necessária para a continuidade ao projeto da fanfarra, que desde 2016 está parada. Sendo assim a necessidade da aquisição desses equipamentos de percussão.

Em que salientamos ainda, tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS
PIROLO:0581239792
9

Assinado de forma digital por
DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2023.04.10 10:16:22 -03'00'

DAIANS SANTOS PIROLO
Secretaria Municipal De cultura, Desporto e Turismo

Cotação para aquisição de instrumentos para fonfarra

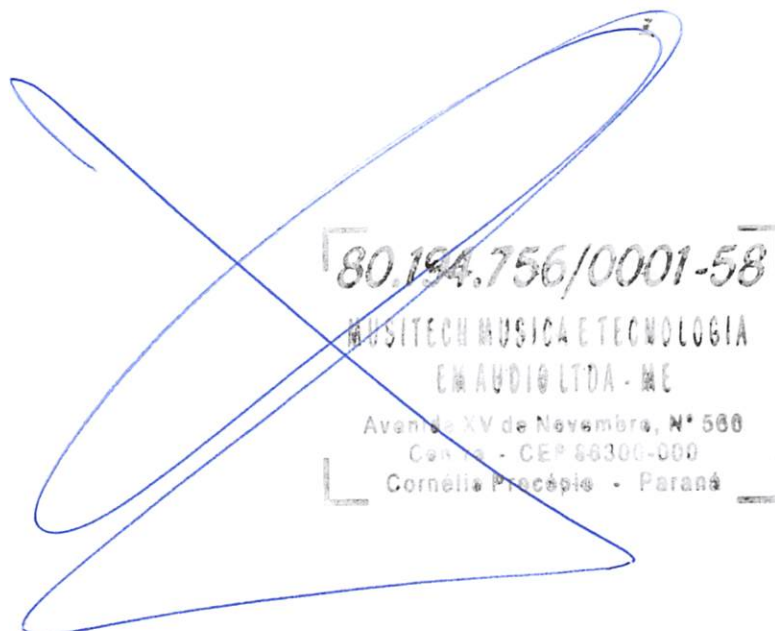
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	BUMBO FUZILEIRO 30X22. BUMBOFUZILEIRO MARCIAL, ALUMINIO ESCOVADO 12 AFINADOR COM PORCAS ANTI-VIBRAÇÃO, FERRAGEM CROMADA	01	R\$ 499,00
2	SURDO 30X14. SURDO CHAPA ESCOVADA, PELE LEITOSA ARO PRETO COR CROMADA	01	R\$ 340,00
3	SURDO 45X14 SURDO CHAPA ESCOVADA, PELE LEITOSA ARO PRETO COR CROMADA	01	R\$ 360,00
4	PRATO 13" LINHA MARCHING BAND, MATERIAL LATÃO, ACABAMENTO DOURADO	01	R\$ 630,00
5	TALABARTE CORREIA DE 2 GANCHO 5 CENTIMETRO DE LARGURA, MATERIAL NYOLON, PONTEIRA DE METAL GIRATORIA.	01	R\$ 27,00
6	BAQUETA PARA SURDO. PONTA DE MADEIRA, 28 CM	01	R\$ 15,00
7	BAQUETA DE REPIQUE. PONTA DE OLIVA 6ª, 41CM.	01	R\$ 5,00
8	BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO. MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA REVESTIDA DE PELÚCIA 30CM	01	R\$ 43,00
9	BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO. MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA DE BORRACHA 22,5 CM	01	R\$ 44,00
10	PELE 22" MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO, TIPO LEITOSA	01	R\$ 69,00

11	PELE 14" MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO , TIPO LEITOSA	01	R\$ 21,00
12	PELE 14" RESPOSTA PELE TRANSPARENTE ARO DE ALUMINIO , MATERIAL FILME	01	R\$ 21,00

Validade do orçamento: 60 (sessenta) dias

Cornélio Proença, 6 de abril de 2023

Empresa Carimbo CNPJ/ Assinatura





CNPJ: 75.825.828/0001-88 Responsável: Elizia Rodrigues de Macedo Telefone: (43) 99698-9222
Departamento: Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo.

Relatório de Cotação: instrumentos para fonfarra

Pesquisa realizada entre 07/02/2023 09:57:52 e 05/04/2023 16:30:36

Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)

Em conformidade com a Instrução Normativa N° 73 de 05 de Agosto de 2020.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética grupo de preços - Preço calculado com base na média aritmética dos grupos de preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item, Sendo que o valor de cada grupo é calculado a partir da média dos itens que o compõe. São os Grupos: Preços Públicos, Preços de Domínio Amplo, Preços de Cotação com Fornecedor, Preços do BPS, Preços do CMED, Preços do Sinapi, Preços do CEASA/CONAB, Preços de Notas Fiscais.

Conforme Instrução Normativa N° 73 de 05 de Agosto de 2020, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC IV - Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: BUMBO FUZILEIRO

Descrição: 30X22. BUMBOFUZILEIRO MARCIAL, ALUMINIO ESCOVADO 12 AFINADOR COM PORCAS ANTI-VIBRAÇÃO, FERRAGEM CROMADA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 4	5	R\$ 411,75 (un)	-	R\$ 411,75	R\$ 2.058,75

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Dpto de Cultura Prefeitura Municipal de Caibi/SC	872022	19/07/2022	R\$ 539,00
2	MUNICÍPIO DE ARAXA/MG	44770	11/07/2022	R\$ 304,00
3	MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT	43890	07/07/2022	R\$ 325,00
4	SEC. MUN. DE EDUCACAO - NAO CUMPUTAVEL Prefeitura Municipal de Barra do Guarita/RS	4692022	14/03/2022	R\$ 479,00
Valor Unitário				R\$ 411,75

Média dos Preços Obtidos: R\$ 411,75

Item 2: SURDO 30X14.

Descrição: SURDO CHAPA ESCOVADA, PELE LEITOSA ARO PRETO COR CROMADA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 2	10	R\$ 255,29 (un)	-	R\$ 255,29	R\$ 2.552,90

N° Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Amazon (https://www.amazon.com.br/)		07/02/2023 10:01:05	R\$ 235,64
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 1	07/02/2023 10:01:03	R\$ 255,51
Valor Unitário				R\$ 245,58



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
Código Validação: mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%252bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 7	07/02/2023 10:19:03	R\$ 39,90
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 6	07/02/2023 10:18:54	R\$ 77,00
3	Casas Bahia	Anexo 8	05/04/2023 15:32:31	R\$ 22,41
Valor Unitário				R\$ 46,44
Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE ARAXA/MG	44770	11/07/2022	R\$ 12,00
Valor Unitário				R\$ 12,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 29,22

Item 6: BAQUETA PARA SURDO.

Descrição: PONTA DE MADEIRA, 28 CM

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 2	40	R\$ 24,76 (un)	-	R\$ 24,76	R\$ 990,40

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG	NºPregão:1072022 UASG:984223	02/08/2022	R\$ 18,26
2	Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG	NºPregão:1072022 UASG:984223	02/08/2022	R\$ 16,77
Valor Unitário				R\$ 17,52

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 10	07/02/2023 10:22:31	R\$ 30,00
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 9	07/02/2023 10:22:26	R\$ 34,00
Valor Unitário				R\$ 32,00

Média dos Preços Obtidos: R\$ 24,76

Média dos Preços Obtidos: R\$ 24,76

Item 7: BAQUETA DE REPIQUE

Descrição: PONTA DE OLIVA 6ª, 41CM.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
3 / 1	50	R\$ 14,48 (un)	-	R\$ 14,48	R\$ 724,00

N° Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 11	07/02/2023 10:24:12	R\$ 22,90
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)		05/04/2023 16:13:43	R\$ 9,00
Valor Unitário				R\$ 15,95



Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITABAIANA/SE	42231	25/05/2022	R\$ 13,00
Valor Unitário				R\$ 13,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 14,48				

Item 8: BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 30 cm
 Descrição: MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA REVESTIDA DE PELÚCIA 30CM

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 1	20	R\$ 49,80 (un)	-	R\$ 49,80	R\$ 996,00

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 13	07/02/2023 11:28:19	R\$ 129,90
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 12	07/02/2023 10:31:07	R\$ 28,99
3	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 14	05/04/2023 16:20:55	R\$ 37,90
Valor Unitário				R\$ 65,60

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG	44339	07/07/2022	R\$ 34,00
Valor Unitário				R\$ 34,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 49,80				

Item 9: BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 22,5 cm
 Descrição: MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA DE BORRACHA 22,5 CM

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 1	10	R\$ 31,30 (un)	-	R\$ 31,30	R\$ 313,00

Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)		01/03/2023 11:25:33	R\$ 23,90
2	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 16	01/03/2023 11:25:25	R\$ 25,00
3	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)	Anexo 15	01/03/2023 11:25:20	R\$ 36,90
Valor Unitário				R\$ 28,60

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG	44339	07/07/2022	R\$ 34,00
Valor Unitário				R\$ 34,00
Média dos Preços Obtidos: R\$ 31,30				



Item 10: PELE 22"

Descrição: MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO , TIPO LEITOSA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 3	10	R\$ 97,17 (un)	-	R\$ 97,17	R\$ 971,70
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 13º Batalhão de Infantaria Blindado			Nº Pregão: 22022 UASG: 160232	15/08/2022
2	COMANDO DO EXERCITO 14 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO			Dispensa de Licitação Nº 14/2022 UASG: 160178	01/07/2022
3	COMANDO DO EXERCITO PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/7			Dispensa de Licitação Nº 51/2022 UASG: 160200	01/06/2022
Valor Unitário					R\$ 118,00
Nº Preço	Site Domínio Amplo			Identificação	Data/Hora Inclusão
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)				07/02/2023 11:10:03
Valor Unitário					R\$ 76,33

Média dos Preços Obtidos: R\$ 97,17

Item 11: PELE 14"

Descrição: MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO , TIPO LEITOSA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 4	40	R\$ 34,17 (un)	-	R\$ 34,17	R\$ 1.366,80
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	Prefeitura Municipal de Acará			Nº Pregão: 32023 UASG: 980403	03/02/2023
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS PR			Nº Pregão: 882022 UASG: 987753	07/10/2022
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS PR			Nº Pregão: 882022 UASG: 987753	07/10/2022
4	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 5ª Região Militar 13º Batalhão de Infantaria Blindado			Nº Pregão: 22022 UASG: 160232	15/08/2022
Valor Unitário					R\$ 34,17

Média dos Preços Obtidos: R\$ 34,17

Item 12: PELE 14" RESPOSTA

Descrição: PELE TRANSPARENTE ARO DE ALUMINIO , MATERIAL FILME

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO MÁXIMO	TOTAL
4 / 3	10	R\$ 30,18 (un)	-	R\$ 30,18	R\$ 301,80



Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Leste 1º Batalhão de Guardas	Nº Pregão: 72022 UASG: 160253	14/12/2022	R\$ 34,52
2	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Sul 6ª Divisão de Exército 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado	Nº Pregão: 52022 UASG: 160435	24/11/2022	R\$ 47,00
Valor Unitário				R\$ 40,76
Nº Preço	Site Domínio Amplo	Identificação	Data/Hora Inclusão	Preço
1	Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)		05/04/2023 16:31:25	R\$ 26,52
Valor Unitário				R\$ 26,52
Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE	510336-7-038-2022	29/11/2022	R\$ 20,00
Valor Unitário				R\$ 20,00

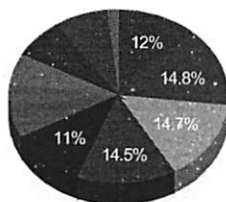
Média dos Preços Obtidos: R\$ 30,18

Valor Global: R\$ 17.205,99

Valor do Item em relação ao total

- 1) BUMBO FUZIL...
- 2) SURDO 30X14.
- 3) SURDO 45X14
- 4) PRATO 13"
- 5) TALABARTE ...
- 6) BAQUETA PAR...
- 7) BAQUETA DE...

▲ 1/2 ▼



Detalhamento dos Itens

Item 1: BUMBO FUZILEIRO				
Preço Estimado: R\$ 411,75 (un)		Percentual:	Preço Máximo: R\$ 411,75	Média dos Preços Obtidos: R\$ 411,75
Quantidade	Descrição	Observação		
5 Unidades	30X22. BUMBOFUZILEIRO MARCIAL, ALUMINIO ESCOVADO 12 AFINADOR COM PORCAS ANTI-VIBRAÇÃO, FERRAGEM CROMAD A			



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
 Código Validação: mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNiv%2bWM8ARn3zfdSybUitfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNiv%252bWM8ARn3zfdSybUitfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: Dpto de Cultura
Prefeitura Municipal de Caibi/SC

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAIBI-SC

Descrição: Bumbo fuzileiro 22" alumínio completo - Bumbo fuzileiro 22" alumínio completo

Data: 19/07/2022 00:00

Modalidade: Dispensa por Limite

SRP: NÃO

Identificação: 872022

Lote/Item: 1/18

Ata: N/A

Fonte: caibi.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2

Quantidade: 2

Unidade: Und

UF: SC

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
92.662.618/0001-35	A. D. CARDOSO	R\$ 539,00
* VENCEDOR *		
Marca: Marca não informada		
Fabricante: Fabricante não informado		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
RS	Frederico Westphalen	AV JOAO MUNIZ REIS, 2399
		Telefone:
		(55) 3744-2454

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 304,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MUNICÍPIO DE ARAXÁ/MG

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FANFARRA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA APRESENTAÇÃO CÍVICA NO DESFILE DE 07 DE SETEMBRO DO ANO DE 2022 E DEMAIS EVENTOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ – MG.

Descrição: BUMBO FUZILEIRO ACO INOX 22CMX30'. BUMBO MODELO FUZILEIRO - 22 POLEGADAS X 30 CMPELE LEITOSA PERCUSSAO. BUMBO COM CORPO / CASCO EM ALUMINIO ESCOVADO - BUMBO FUZILEIRO ACO INOX 22CMX30'. BUMBO MODELO FUZILEIRO - 22 POLEGADAS X 30 CMPELE LEITOSA PERCUSSAO. BUMBO COM CORPO / CASCO EM ALUMINIO ESCOVADO, ESPECIALDE ALTA RESISTENCIA E PESO REDUZIDO. SISTEMA DE TIRANTES, BALAS REFORCADAS E PORCAS ANTIVIBRACAO. AFINACAO DO INSTRUMENTO ATRAVES DE TIRANTES ESPECIAIS E PORCASALONGADAS ANTIVIBRACAO. ALMA COM REFORCO: INSTRUMENTO COM BASE SOLIDA. ESPECIFICACOES: 22 POLEGADAS DE DIAMETRO X 30CM DE ALTURA. COM 12 (DOZE) AFINADORES EM TIRANTES. PELE LEITOSA GROSSA P2 DE 190 MICRONS. FERRAGENS CROMADAS.

Data: 11/07/2022 09:05

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 44770

Lote/Item: 2/2

Ata: [Link Ata](#)

Fonte: licitnet.com.br

Quantidade: 6

Unidade: UN

UF: MG

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
17.267.774/0001-86	MARCATTO INSTRUMENTOS MUSICAIS LIMITADA	R\$ 304,00
* VENCEDOR *		
Marca: marcatto		
Fabricante: Fabricante não informado		
Modelo: M211		
Descrição: Descrição não informada		
Estado:	Cidade:	Endereço:
MG	Belo Horizonte	R TURVO, 33



Preço (Outros Entes Públicos) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

0115
R\$ 325,00

Órgão: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT

Data: 07/07/2022 09:00

Objeto: Registrar preços para aquisições futuras parceladas de instrumentos musicais e acessórios, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e seus Departamentos.

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 43890

Lote/Item: 5/5

Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Quantidade: 14

Unidade: UN

UF: MT

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

22.548.304/0001-20

R. R. LOPES EIRELI

R\$ 325,00

* VENCEDOR *

Marca: LUEN

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: LINHA AÇO

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

MT

Cuiabá

RUA DAS VIOLETAS, 774

(65) 9363-2000

gersoncosta166@gmail.com

Preço (Outros Entes Públicos) 4: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

R\$ 479,00

Órgão: SEC. MUN. DE EDUCACAO - NAO CUMPUTAVEL

Prefeitura Municipal de Barra do Guarita/RS

Data: 14/03/2022 00:00

Modalidade: Dispensa por Limite

SRP: NÃO

Identificação: 4692022

Lote/Item: 1/3

Ata: N/A

Fonte: 177.125.247.213/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2

Quantidade: 4

Unidade: Und

UF: RS

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

92.662.618/0001-35

A. D. CARDOSO

R\$ 479,00

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

RS

Frederico Westphalen

AV JOAO MUNIZ REIS, 2399

(55) 3744-2454

Item 2: SURDO 30X14

Preço Estimado: R\$ 255,29 (un)

Percentual:

Preço Máximo: R\$ 255,29

Média dos Preços Obtidos: R\$ 255,29

Quantidade

Descrição

Observação

10 Unidades

SURDO CHAPA ESCOVADA, PELE LEITOSA ARO PRETO COR CROMADA



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
 Código Validação: mbZqK3yJ3IMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcSsybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3yJ3IMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcSsybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

04/16
R\$ 171,00

Órgão: Município de Realeza
Objeto: Formação de registro de preços com vistas à eventual aquisição de Instrumentos Musicais para compor a Banda Marcial (Fanfarra) do município em atendimento à Secretaria de Educação, Cultura e do Esporte
Descrição: SURDO 30X14 CHP ESCV NAT 6 AFINAÇÕES ARO CHP PRETO - SURDO 30X14 CHP ESCV NAT 6 AFINAÇÕES ARO CHP PRETO

Data: 29/04/2022 08:30
Modalidade: Pregão Presencial
SRP: SIM
Identificação: MDR-622022-Pregão Presencial
Lote/Item: 1/8
Ata: N/A
Fonte: realezapr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes
Quantidade: 8
Unidade: UNID
UF: PR

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

18.245.570/0001-07 JOABE MARTINSON R\$ 171,00

* VENCEDOR *

Marca: LUEN

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: 60029

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PR	Colombo	R ABEL SCUISSATO, 1043	JOABE	(41) 3128-0466	contato@lojamelody.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

R\$ 359,00

Órgão: SEC. MUN. DE EDUCACAO - NAO CUMPUTAVEL
Prefeitura Municipal de Barra do Guarita/RS
Objeto: REF. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DA BANDA MUNICIPAL FORMADA POR ALUNOS DO 5º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SMEC
Descrição: Surdo alumínio 30x14 - Surdo alumínio 30x14

Data: 14/03/2022 00:00
Modalidade: Dispensa por Limite
SRP: NÃO
Identificação: 4692022
Lote/Item: 1/4
Ata: N/A
Fonte: 177.125.247.213/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2
Quantidade: 4
Unidade: Und
UF: RS

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

92.662.618/0001-35 A. D. CARDOSO R\$ 359,00

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
RS	Frederico Westphalen	AV JOAO MUNIZ REIS, 2399	(55) 3744-2454

Preço Site de Domínio Amplo 1

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

R\$ 255,51

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)
Produto: Surdo 30X14 Luen Chp Escv Nat 6 Afin Aro Chp Preto
Descrição: Anexo 1
Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:01:03



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
Código Validação: mbZqK3yj3IMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcSytbUItfcqHJ8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3yj3IMh5qQPSfZkNlv%252bWM8ARn3zfcSytbUItfcqHJ8nPtm6WA%253d%253d>

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/surdo-30x14-luen-chp-escv-nat-6-afin-aro-chp-preto/p/af1882kkh6/im/baoa/?=&seller_id=masterdigitalecommerce&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=5ac7b83b104c4cece55f230971dc5e&utm_term=5ac7b83b104c4cece55f230971dc5e

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 235,64

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Amazon (<https://www.amazon.com.br/>)

Produto: Surdo 30X14" Chapa Escovada Nat 6 Afin Aro Chapa Preto

Descrição:

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:01:05

CNPJ: 15.436.940/0001-03

Telefone: 0800-038-0541

Url:

Item 3: SURDO 45X14

Preço Estimado: R\$ 253,17 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 253,17

Média dos Preços Obtidos: R\$ 253,17

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	SURDO CHAPA ESCOVADA, PELE LEITOSA ARO PRETO COR CROMADA	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 277,50

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

Data: 29/11/2022 00:00

Objeto: AQUISICAO DE INSTRUMENTOS E INSUMOS PARA FOMENTAR PRATICA CULTURAL DE ARTE MUSICAL NO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

Modalidade: Dispensa de licitação para compras e serviços

Descrição: SURDO - DE MADEIRA 30 ,MEDIDAS: 45CMX14, INCLUSO: BAQUETAS - SURDO - DE MADEIRA 30 ,MEDIDAS: 45CMX14, INCLUSO: BAQUETAS

SRP: NÃO

Identificação: 510336-7-038-2022

Lote/Item: 1/10

Ata: N/A

Fonte: cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao

Quantidade: 4

Unidade: Unidade

UF: MT

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

01.003.712/0001-27 ISMAEL DOMINGOS DAN & CIA.LTDA

R\$ 277,50

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado:

MT

Cidade:

Pontes e Lacerda

Endereço:

AV MARECHAL RONDON, 1.600

Telefone:

(65) 3266-1997/ (65) 9916-7033

Email:

jpm_roman@hotmail.com



Preço (Outros Entes Públicos) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

04/18
R\$ 389,00

Órgão: SEC. MUN. DE EDUCACAO - NAO CUMPUTAVEL

Prefeitura Municipal de Barra do Guarita/RS

Data: 14/03/2022 00:00

Modalidade: Dispensa por Limite

Objeto: REF. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PROJETO DA BANDA MUNICIPAL

SRP: NÃO

FORMADA POR ALUNOS DO 5º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS

Identificação: 4692022

ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SMEC

Lote/Item: 1/5

Descrição: Surdo alumínio 45x14 - Surdo alumínio 45x14

Ata: N/A

Fonte: 177.125.247.213/pronimtb/index.as
p?acao=1&item=2

Quantidade: 2

Unidade: Und

UF: RS

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

92.662.618/0001-35 A. D. CARDOSO

R\$ 389,00

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

RS

Frederico Westphalen

AV JOAO MUNIZ REIS, 2399

(55) 3744-2454

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 173,09

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Amazon (<https://www.amazon.com.br/>)

Produto: Surdo 45X14" Alumisteel 6 Afin Aro Chapa Preto Pele Leitosa Batuka

Descrição: Anexo 2

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:02:36

CNPJ: 15.436.940/0001-03

Telefone: 0800-038-0541

Url: https://www.amazon.com.br/dp/B08TMS8Y8P/ref=asc_df_B08TMS8Y8P1675177200000/?creative=380333&creativeA_SIN=B08TMS8Y8P&linkCode=asn&tag=zoom1p-20

Item 4: PRATO 13"

Preço Estimado: R\$ 624,91 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 624,91

Média dos Preços Obtidos: R\$ 624,91

Quantidade	Descrição	Observação
4 Unidades	LINHA MARCHING BAND, MATERIAL LATÃO , ACABAMENTO DOURADO	

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 239,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Control Hi Hat 13" Hm Drum Shop - Alloy Series / Prato Chimbal - Hayv

Descrição: Anexo 3

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:15:20

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/control-hi-hat-13-hm-drum-shop-alloy-series-prato-chimbal-hayvan-music/p/kb7ccd6hf4/im/impt/?=&seller_id=hayvanmusicshopltda&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_term=11574ccb737c4a098b69d5234cb9c25e&utm_campaign=11574ccb737c4a098b69d5234cb9c25e

Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
 Código Validação: mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcSybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%252bWM8ARn3zfcSybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 830,47

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Carrefour (<https://www.carrefour.com.br/>)

Produto: Prato Para Bateria Orion Solo Pro Hi Hat Chimbal De 13

Descrição: Anexo 4

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:16:11

CNPJ: 45.543.915/0592-32

Telefone: 3003-2099

Url: https://www.carrefour.com.br/prato-para-bateria-orion-solo-pro-hi-hat-chimbal-de-13-mp927092596/p?utm_campaign=zoom_buscapes_3p&bigclid=eyJvZmZlckkljozNDYxODUzNDQsInNrdSI6IjMyMTUyOTE4NiIsImdyb3VwSWQiOiIzMTk5MTk0MjgiLCJsb2ciOiIwNS8wMi8yMDIzIDEzOjU2In0&utm_source=zoom_buscapes_3p&utm_medium=comp&utm_content=4c4d8d76397849978073af42705f5f9f

Preço Site de Domínio Amplo 3

R\$ 805,27

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Carrefour (<https://www.carrefour.com.br/>)

Produto: Prato Para Bateria Orion Solo Pro Hi Hat Chimbal De 13

Descrição: Anexo 5

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:16:18

CNPJ: 45.543.915/0592-32

Telefone: 3003-2099

Url: https://www.carrefour.com.br/prato-para-bateria-orion-solo-pro-hi-hat-chimbal-de-13-mp928700800/p?utm_campaign=zoom_buscapes_3p&bigclid=eyJvZmZlckkljozNDYxODUzNDQsInNrdSI6IjMyMTUyOTE4NiIsImdyb3VwSWQiOiIzMTk5MTk0MjgiLCJsb2ciOiIwNS8wMi8yMDIzIDEzOjU2In0&utm_source=zoom_buscapes_3p&utm_medium=comp&utm_content=d792b9f37f0482c9e982c54b9d462d6

Item 5: TALABARTE CORREIA DE 2 GANCHO

Preço Estimado: R\$ 29,22 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 29,22

Média dos Preços Obtidos: R\$ 29,22

Quantidade	Descrição	Observação
65 Unidades	5 CENTIMETRO DE LARGURA, MATERIAL NYOLON, PONTEIRA DE METAL GIRATORIA.	



Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 12,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MUNICÍPIO DE ARAXÁ/MG
 Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A FANFARRA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA APRESENTAÇÃO CÍVICA NO DESFILE DE 07 DE SETEMBRO DO ANO DE 2022 E DEMAIS EVENTOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAXÁ – MG.
 Descrição: CORREIA TALABARTE NYLON 2 GANCHOS BUMBO - CORREIA TALABARTE NYLON 2 GANCHOS BUMBO

Data: 11/07/2022 09:05
 Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
 SRP: NÃO
 Identificação: 44770
 Lote/Item: 3/3
 Ata: [Link Ata](#)
 Fonte: [licitanet.com.br](#)
 Quantidade: 40
 Unidade: UN
 UF: MG

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

17.267.774/0001-86 MARCATTO INSTRUMENTOS MUSICAIS LIMITADA R\$ 12,00
 * VENCEDOR *

Marca: marcatto
 Fabricante: Fabricante não informado
 Modelo: M510
 Descrição: Descrição não informada

Estado: MG Cidade: Belo Horizonte Endereço: R TURVO, 33

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 77,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)
 Produto: Talabarte, Correia 2 Ganchos - Brazucapas
 Descrição: Anexo 6
 Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:18:54
 CNPJ: 47.960.950/1088-36
 Telefone: 0800 773 3838
 Url: https://www.magazineluiza.com.br/talabarte-correia-2-ganchos-brazucapas/p/hgj6h5ak35/pi/tlbs/?=&seller_id=brazucapas&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=ef7fc6723fae4eceb784641e8163836c&utm_term=ef7fc6723fae4eceb784641e8163836c

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 39,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)
 Produto: Correia Prado Talabarte 2 Ganchos Para Percussão - King Musical
 Descrição: Anexo 7
 Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:19:03
 CNPJ: 47.960.950/1088-36
 Telefone: 0800 773 3838
 Url: https://www.magazineluiza.com.br/correia-prado-talabarte-2-ganchos-para-percussao-king-musical/p/bd39hc0dk7/im/crns/?=&seller_id=kingmusical&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_term=742595b2f9144edd93a9f7044677e8bd&utm_campaign=742595b2f9144edd93a9f7044677e8bd

Preço Site de Domínio Amplo 3

R\$ 22,41

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Casas Bahia
 Produto: Talabarte Correia Para Caixa Tarol 2 Ganchos Liverpool TAL 2GANP
 Descrição: Anexo 8
 Data/Hora Inclusão: 05/04/2023 15:32:31
 CNPJ: 33.041.260/0652-90



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.175.140)
 Código Validação: mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%2bV/M8ARn3zfcSbUItfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNlv%2bV/M8ARn3zfcSbUItfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Telefone:

Url: https://www.casasbahia.com.br/talabarte-correia-para-caixa-tarol-2-ganchos-liverpool-tal-2ganp-1554815514/p/1554815514?utm_medium=comparadorpreco&utm_source=zoom&utm_content=1554815514&pid=zoom_int&c=zoomCPA&cmmmmc=zoom_XML_-INMIJ_-Comparador_-1554815514&idLojista=114079&tipoLojista=3P&utm_campaign=75690eb45e6403fbbb1ac34fd2270a2

Item 6: BAQUETA PARA SURDO.

Preço Estimado: R\$ 24,76 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 24,76

Média dos Preços Obtidos: R\$ 24,76

Quantidade

Descrição

Observação

40 Unidades

PONTA DE MADEIRA, 28 CM

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 18,26

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG

Data: 02/08/2022 12:30

Objeto: Aquisição de materiais para a manutenção dos instrumentos musicais a serem usados pelos alunos da fanfara CEOM-Centro Educacional Olímpico Municipal de Campo Belo-MG.

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Descrição: Instrumento Musical - Percussão - Instrumento Musical - Percussão Tipo:

Identificação: NºPregão:1072022 /

UASG:984223

Surdo, Material: Aço Inox, Componentes: Talabarte E Baquetas, Tamanho: 18" X 45 CM, Características Adicionais: Aro Bola Cromado E Pele Leitosa

Lote/Item: /8

Ata: [Link Ata](#)

CatMat: 442168 - INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO

Adjudicação: 02/08/2022 17:14

Homologação: 02/08/2022 17:24

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 50

Unidade: Unidade

UF: MG

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

43.694.653/0001-20

CLEBER BOTELHO DE BASTOS

R\$ 18,26

* VENCEDOR *

Marca: LUEN

Fabricante: LUEN

Modelo: LUEN

Descrição: Talabartes de 01 gancho simples para Tarol e Marcação, ajustável, com apoio EVA, sendo sua estrutura de nylon de alta resistência feitos para serem usados como suporte para prendê-los no corpo. Apresentar catálogo do item.

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

MG

Ribeirão Vermelho

R H, 76

(35) 9953-2508

anesiacontabil@yahoo.com.br



Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG
 Objeto: Aquisição de materiais para a manutenção dos instrumentos musicais a serem usados pelos alunos da fanfara CEOM-Centro Educacional Olímpico Municipal de Campo Belo-MG.
 Descrição: Instrumento Musical - Percussão - Instrumento Musical - Percussão Tipo: Surdo, Material: Aço Inox, Componentes: Talabarte E Baquetas, Tamanho: 18" X 45 CM, Características Adicionais: Aro Bola Cromado E Pele Leitosa
 CatMat: 442168 - INSTRUMENTO MUSICAL - PERCURSÃO

Data: 02/08/2022 12:30
 Modalidade: Pregão Eletrônico
 SRP: SIM
 Identificação: NºPregão:1072022 / UASG:984223
 Lote/Item: /9
 Ata: Link Ata
 Adjudicação: 02/08/2022 17:14
 Homologação: 02/08/2022 17:24
 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
 Quantidade: 20
 Unidade: Unidade
 UF: MG

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

43.694.653/0001-20 CLEBER BOTELHO DE BASTOS R\$ 16,77
 * VENCEDOR *

Marca: CLAVE
 Fabricante: CLAVE
 Modelo: CLAVE
 Descrição: Talabartes de 2 ganchos para Bumbos, em nylon ou algodão, ajustável, comprimento máximo 130 cm e comprimento mínimo 70 cm. Apresentar catálogo do item.

Estado: MG Cidade: Ribeirão Vermelho Endereço: R H, 76 Telefone: (35) 9953-2508 Email: anesiacontabil@yahoo.com.br

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 34,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Ubi Baqueta Para Surdo De Samba Alumínio Ubbssal - Ubi Artesão

Descrição: Anexo 9

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:22:26

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/ubi-baqueta-para-surdo-de-samba-aluminio-ubbssal-ubi-artesao/p/kk1122jb79/im/bqbp/?=&seller_id=oacustico&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=1727e322a6784d4e8f503a06bbd01596&utm_term=1727e322a6784d4e8f503a06bbd01596

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 30,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Baqueta De Madeira De Surdo Profissional Reta Ubi Ubsm - Ubi Artesão

Descrição: Anexo 10

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:22:31

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/baqueta-de-madeira-de-surdo-profissional-reta-ubi-ubsm-ubi-artesao/p/fa902ccjb5/im/bqbp/?=&seller_id=oacustico&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=d330ff4bc4ee414581d5fb2f2e0f3784&utm_term=d330ff4bc4ee414581d5fb2f2e0f3784



Item 7. BAQUETA DE REPIQUE

Preço Estimado: R\$ 14,48 (un)

Percentual

Preço Máximo: R\$ 14,48

Média dos Preços Obtidos: R\$ 14,48

Quantidade	Descrição	Observação
50 Unidades	PONTA DE OLIVA 6ª, 41CM.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 13,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITABAIANA/SE

Data: 25/05/2022 09:00

Objeto: Futuras contratações de empresas para fornecimento parcelado de Instrumentos Musicais, destinados a atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Itabaiana.

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: NÃO

Identificação: 42231

Lote/Item: 2/1

Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Quantidade: 200

Unidade: PAR

UF: SE

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

28.732.430/0001-17 CLAUDINEI TONIETTI

R\$ 13,00

* VENCEDOR *

Marca: Combat

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: 4078

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São José do Rio Pardo	PC PRUDENTE DE MORAES, 78	CLAUDINEI	(19) 3684-1206	fabricadosom2@terra.com.br

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 22,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: 2 Baquetas Repique Para Bateria Master Mt11 Liverpool

Descrição: Anexo 11

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:24:12

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/2-baquetas-repique-para-bateria-master-mt11-liverpool/p/bb1ghc22d2/im/bqbp/?=&seller_id=lojacosntelacao&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=94a389859b1c4f338169e6c712d45da9&utm_term=94a389859b1c4f338169e6c712d45da9

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 9,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Baqueta Spanking Combat Repique Ponta De Oliva - Par

Descrição:

Data/Hora Inclusão: 05/04/2023 16:13:43

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url:



Item 8: BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 30 cm

Preço Estimado: R\$ 49,80 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 49,80

Média dos Preços Obtidos: R\$ 49,80

Quantidade	Descrição	Observação
20 Unidades	MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA REVESTIDA DE PELÚCIA 30CM	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 34,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG

Data: 07/07/2022 08:30

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de instrumentos musicais para a fanfarra municipal de Lagoa Formosa vinculada Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer do Município de Lagoa Formosa – MG

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Descrição: BAQUETAS PARA BUMBO: BAQUETA MAÇANETA BOLA BORRACHA BUMBO MC46 (PAR) - BAQUETAS PARA BUMBO: BAQUETA MAÇANETA BOLA BORRACHA BUMBO MC46 (PAR)

Identificação: 44339

Lote/Item: 12/12

Ata: Link Ata

Fonte: licitane.com.br

Quantidade: 30

Unidade: PAR

UF: MG

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

28.732.430/0001-17 CLAUDINEI TONIETTI

R\$ 34,00

* VENCEDOR *

Marca: Combat

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: 4144

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São José do Rio Pardo	PC PRUDENTE DE MORAES, 78	CLAUDINEI	(19) 3684-1206	fabricadosom2@terra.com.br

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 28,99

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Baqueta Maçaneta Fênix Pelucia Branca P/Bumbo E Surdo - Spanking

Descrição: Anexo 12

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 10:31:07

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/baqueta-macaneta-fenix-pelucia-branca-p-bumbo-e-surdo-spanking/p/dada46ej9g/im/bqbp/?=&seller_id=mundodamusica2&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=ff100ba55b074ef9bda0a525e08d9b9&utm_term=ff100ba55b074ef9bda0a525e08d9b9

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 129,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Kit 8 Baquetas De Bumbo Liverpool Mc48 Surdo Maçaneta 30Cm

Descrição: Anexo 13

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 11:28:19

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/kit-8-baquetas-de-bumbo-liverpool-mc48-surdo-macaneta-30cm/p/gbc516fd9e/im/bqbp/?=&seller_id=lojacosntelacao&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=af4b38d907f14e84ab801cb70c3a773a&utm_term=af4b38d907f14e84ab801cb70c3a773a



Preço Site de Domínio Amplo 3

R\$ 37,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo Com Bola Pelúcia Mc48

Descrição: Anexo 14

Data/Hora Inclusão: 05/04/2023 16:20:55

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/kit-2-macaneta-liverpool-baqueta-bumbo-com-bola-pelucia-mc48/p/be48f4a834/im/bqbp/?=&seller_id=lojacosntelacao&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_campaign=d9c0d98a940a4469ae807f2320d636cf&utm_term=d9c0d98a940a4469ae807f2320d636cf

Item 9: BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 22,5 cm

Preço Estimado: R\$ 31,30 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 31,30

Média dos Preços Obtidos: R\$ 31,30

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	MAÇANETA PARA BUMBO COM BOLA DE BORRACHA 22,5 CM	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 34,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MUNICÍPIO DE LAGOA FORMOSA/MG

Data: 07/07/2022 08:30

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de instrumentos musicais para a fanfarra municipal de Lagoa Formosa vinculada Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer do Município de Lagoa Formosa – MG

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Descrição: BAQUETAS PARA BUMBO: BAQUETA MAÇANETA BOLA BORRACHA BUMBO MC46 (PAR) - BAQUETAS PARA BUMBO: BAQUETA MAÇANETA BOLA BORRACHA BUMBO MC46 (PAR)

Identificação: 44339

Lote/Item: 12/12

Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Quantidade: 30

Unidade: PAR

UF: MG

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
28.732.430/0001-17	CLAUDINEI TONIETTI	R\$ 34,00
* VENCEDOR *		

Marca: Combat

Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: 4144

Descrição: Descrição não informada

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	São José do Rio Pardo	PC PRUDENTE DE MORAES, 78	CLAUDINEI	(19) 3684-1206	fabricadosom2@terra.com.br

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 36,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo Com Bola Pelúcia Mc48

Descrição: Anexo 15

Data/Hora Inclusão: 01/03/2023 11:25:20

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838



Url: https://www.magazineluiza.com.br/kit-2-macaneta-liverpool-baqueta-bumbo-com-bola-pelucia-mc48/p/be48f4a834/im/bqbp/?=&seller_id=lojacosntelacao&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_term=925cb6cfdcad4dfd8b1127d898923f7c&utm_campaign=925cb6cfdcad4dfd8b1127d898923f7c

Preço Site de Domínio Amplo 2

R\$ 25,00

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Baqueta Maçaneta Pelucia Preta P/Bumbo E Surdo Fênix - Fenix

Descrição: Anexo 16

Data/Hora Inclusão: 01/03/2023 11:25:25

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url: https://www.magazineluiza.com.br/baqueta-macaneta-pelucia-preta-p-bumbo-e-surdo-fenix-fenix/p/gbdhfcg9g1/im/bqbp/?=&seller_id=tokyosom&utm_source=zoom&utm_medium=cpa&utm_content=-un_magalu-ce_b2c-cp&partner_id=10569&utm_term=14cb86b0041c4db4ac82e89579a4d932&utm_campaign=14cb86b0041c4db4ac82e89579a4d932

Preço Site de Domínio Amplo 3

R\$ 23,90

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Maçaneta Baqueta Para Bumbo Com Bola Pelúcia Mc48 Liverpool

Descrição:

Data/Hora Inclusão: 01/03/2023 11:25:33

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url:

Item 10: PELE 22"

Preço Estimado: R\$ 97,17 (un)

Percentual:

Preço Máximo: R\$ 97,17

Média dos Preços Obtidos: R\$ 97,17

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO , TIPO LEITOSA	



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
 Código Validação: mbZqK3yj3tMh5qQPSfZkNiv%2bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.barcodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3yj3tMh5qQPSfZkNiv%252bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

0 * 027
R\$ 129,00

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar do Sul
5ª Região Militar
13º Batalhão de Infantaria Blindado

Objeto: Eventual aquisição de instrumentos musicais e material de consumo para a manutenção dos instrumentos para atender as necessidades da OM..

Descrição: Pele instrumento musical - Material: Náilon, Comprimento: 30 CM, Largura: 22 CM, Aplicação: Bombo,

CatMat: 265112 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 15/08/2022 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: Nº Pregão: 22022 / UASG: 160232
Lote/Item: /14
Ata: Link Ata
Adjudicação: 13/09/2022 10:14
Homologação: 20/09/2022 16:31
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 6
Unidade: Unidade
UF: PR

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
08.666.165/0001-09 * VENCEDOR *	T. M. T. INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA	R\$ 129,00
Marca: Luen Fabricante: Luen Modelo: duo clear Descrição: Unidades de pele hidráulica para bombo de marcha, de 22" transparente, duplo filme, (duo clear)		
Estado: PR	Cidade: Campo Mourão	Endereço: AV MANOEL MENDES DE CAMARGO, 1225 B
		Telefone: (44) 3016-2879/ (44) 3016-2876
		Email: pontomusicalcm@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

R\$ 166,00

Órgão: COMANDO DO EXERCITO
14 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO

Objeto: Aquisição de material para banda de musica.

Descrição: PELE INSTRUMENTO MUSICAL - PELE INSTRUMENTO MUSICAL, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 30 CM, LARGURA 22 CM, APLICAÇÃO BOMBO

CatMat: 265112 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 01/07/2022 00:00
Modalidade: Dispensa de Licitação
SRP: NÃO
Identificação: Dispensa de Licitação Nº 14/2022 / UASG: 160178
Lote/Item: 17/1
Ata: N/A
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 4
Unidade: Unidade
UF: PE

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
02.984.289/0001-56 * VENCEDOR *	EULINA M. COUTINHO CAVALCANTI	R\$ 166,00
Marca: pele Fabricante: Fabricante não informado Descrição: PELE INSTRUMENTO MUSICAL, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 30 CM, LARGURA 22 CM, APLICAÇÃO BOMBO		
Estado: PE	Cidade: Recife	Endereço: R DA CONCORDIA, 311
		Telefone: (81) 3224-7359



Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: COMANDO DO EXERCITO
PARQUE REGIONAL DE MANUTENCAO/7

Objeto: Aquisição de materiais para a fanfarra do PQRmnt/7

Descrição: PELE INSTRUMENTO MUSICAL - PELE INSTRUMENTO MUSICAL, MATERIAL
NÁILON, COMPRIMENTO 30 CM, LARGURA 22 CM, APLICAÇÃO BOMBO

CatMat: 265112 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 01/06/2022 00:00

Modalidade: Dispensa de Licitação

SRP: NÃO

Identificação: Dispensa de Licitação Nº 51/2022 /
UASG: 160200

Lote/Item: 3/1

Ata: N/A

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.
br

Quantidade: 1

Unidade: Unidade

UF: PE

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

10.526.700/0001-78 MIX MUSIC LTDA

R\$ 59,00

* VENCEDOR *

Marca: SM

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: PELE INSTRUMENTO MUSICAL, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 30 CM, LARGURA 22 CM, APLICAÇÃO BOMBO

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

PE

Recife

R DA CONCORDIA, 289

(81) 3224-7359

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 76,33

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (<https://www.magazineluiza.com.br/>)

Produto: Pele Batedeira Para Bumbo 22 Pol Super Grossa Leitosa Izzo

Descrição:

Data/Hora Inclusão: 07/02/2023 11:10:03

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url:

Item 11: PELE 14"

Preço Estimado: R\$ 34,17 (un)

Percentual: -

Preço Máximo: R\$ 34,17

Média dos Preços Obtidos: R\$ 34,17

Quantidade	Descrição	Observação
40 Unidades	MATERIAL POLIÉSTER ARO DE ALUMINIO , TIPO LEITOSA	



Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: Prefeitura Municipal de Acará
 Objeto: Registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ACARÁ/PA.
 Descrição: Pele instrumento musical - Material: Náilon, Diâmetro: 14 POL, Aplicação: Caixa Clara,
 Data: 03/02/2023 09:00
 Modalidade: Pregão Eletrônico
 SRP: SIM
 Identificação: NºPregão:32023 / UASG:980403
 Lote/Item: /8
 Ata: [Link Ata](#)
 Adjudicação: 07/02/2023 11:09
 Homologação: 17/02/2023 12:06
 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
 Quantidade: 60
 Unidade: Unidade
 UF: PA

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

14.130.333/0001-40 MIZAEI FREITAS GONCALVES R\$ 25,00

* VENCEDOR *

Marca: SPANKING

Fabricante: SPANKING

Modelo: LEITOSA

Descrição: PELE ARO 14 PRO FIRE; PELE LEITOSA / 14 POLEGADAS CONFECCIONADA; EM NAYLON DE ALTA RESISTÊNCIA COM ARO DE ALUMINIO; MARCA: SPANKING; MODELO: LEITOSA

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

Email:

PA

Belém

PASSAGEM JARBAS PASSARINHO, 86

(91) 3231-8991

freitasmizael@yahoo.com.br

Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 29,67

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS PR
 Objeto: Registro de preço para Aquisição de instrumentos/materiais para a Banda Municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR..
 Descrição: Pele instrumento musical - Pele Instrumento Musical Material: Náilon , Diâmetro: 14 POL, Aplicação: Tarol
 CatMat: 265114 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL
 Data: 07/10/2022 08:15
 Modalidade: Pregão Eletrônico
 SRP: SIM
 Identificação: NºPregão:882022 / UASG:987753
 Lote/Item: /10
 Ata: [Link Ata](#)
 Adjudicação: 13/10/2022 15:22
 Homologação: 13/10/2022 15:28
 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
 Quantidade: 6
 Unidade: Unidade
 UF: PR

CNPJ RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR VALOR DA PROPOSTA FINAL

12.940.258/0001-57 DALGALLO MUSIC CENTER LTDA R\$ 29,67

* VENCEDOR *

Marca: SPANKING

Fabricante: SPANKING

Modelo: SPANKING

Descrição: PELES DE CAIXA 14' INFERIOR (DE BAIXO DA CAIXA)

Estado:

Cidade:

Endereço:

Telefone:

PR

União da Vitória

AV MANOEL RIBAS, 397

(42) 3523-9560



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)

Código Validação: mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNtA%2bWM8ARn3zfcidSybUj ffcqHU8nPtm6WA%3d%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3tMh5qQPSfZkNtA%252bWM8ARn3zfcidSybUj ffcqHU8nPtm6WA%252a%253d>

Preço (Compras Governamentais) 3: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 38,00

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS PR
 Objeto: Registro de preço para Aquisição de instrumentos/materiais para a Banda Municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paula Freitas/PR..
 Descrição: Pele instrumento musical - Pele Instrumento Musical Material: Náilon , Diâmetro: 14 POL, Aplicação: Tarol
 CatMat: 265114 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 07/10/2022 08:15
 Modalidade: Pregão Eletrônico
 SRP: SIM
 Identificação: NºPregão:882022 / UASG:987753
 Lote/Item: /11
 Ata: [Link Ata](#)
 Adjudicação: 13/10/2022 15:22
 Homologação: 13/10/2022 15:28
 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
 Quantidade: 6
 Unidade: Unidade
 UF: PR

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
------	----------------------------	-------------------------

77.318.731/0001-04	GUARANI MUSICAL INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA.	R\$ 38,00
--------------------	---	-----------

* VENCEDOR *

Marca: Luen
 Fabricante: Luen
 Modelo: 12007
 Descrição: Pele bateadeira 14"

Estado: PR	Cidade: Medianeira	Endereço: AV BRASILIA, 1353
---------------	-----------------------	--------------------------------

Preço (Compras Governamentais) 4: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 44,00

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
 Comando do Exército
 Comando Militar do Sul
 5ª Região Militar
 13ª Batalhão de Infantaria Blindado

Objeto: Eventual aquisição de instrumentos musicais e material de consumo para a manutenção dos instrumentos para atender as necessidades da OM..

Descrição: Pele instrumento musical - Material: Náilon, Diâmetro: 14 POL, Aplicação: Tarol,
 CatMat: 265114 - PELE INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 15/08/2022 10:00
 Modalidade: Pregão Eletrônico
 SRP: SIM
 Identificação: NºPregão:22022 / UASG:160232
 Lote/Item: /12
 Ata: [Link Ata](#)
 Adjudicação: 13/09/2022 10:14
 Homologação: 20/09/2022 16:31
 Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
 Quantidade: 2
 Unidade: Unidade
 UF: PR

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
------	----------------------------	-------------------------

08.666.165/0001-09	T. M. T. INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA	R\$ 44,00
--------------------	-------------------------------------	-----------

* VENCEDOR *

Marca: Luen
 Fabricante: Luen
 Modelo: 40 fios
 Descrição: Unidades de esteira de 40 fios para caixa/tarol de 14"

Estado: PR	Cidade: Campo Mourão	Endereço: AV MANOEL MENDES DE CAMARGO, 1225 B	Telefone: (44) 3016-2879/ (44) 3016-2876	Email: pontomusicalcm@hotmail.com
---------------	-------------------------	--	---	--------------------------------------



Item 12: PELE 14' RESPOSTA

Preço Estimado: R\$ 30,18 (un)

Percentual:

Preço Máximo: R\$ 30,18

Média dos Preços Obtidos: R\$ 30,18

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	PELE TRANSPARENTE ARO DE ALUMINIO , MATERIAL FILME	

Preço (Compras Governamentais) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 34,52

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando do Exército

Comando Militar do Leste

1º Batalhão de Guardas

Objeto: Aquisição de materiais de consumo e instrumentos musicais para a banda de música do 1º Batalhão de Guardas..

Descrição: Peças E Acessórios Instrumento Musical - Peças E Acessórios Instrumento Musical Aplicação: Bateria , Tipo: Pele , Características Adicionais: Extra-Fino Para Resposta 14"

CatMat: 486275 - PEÇAS E ACESSÓRIOS INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 14/12/2022 10:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:72022 / UASG:160253

Lote/Item: /13

Ata: [Link Ata](#)Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 15

Unidade: Unidade

UF: RJ

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

11.142.525/0001-88 CLEBER NASCIMENTO DA ROSA

R\$ 34,52

* VENCEDOR *

Marca: LUEN

Fabricante: LUEN

Modelo: RESPOSTA

Descrição: PEÇAS E ACESSÓRIOS INSTRUMENTO MUSICAL, TIPO PELE, APLICAÇÃO BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EXTRA-FINO PARA RESPOSTA 14'

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SC	Passo de Torres	ROD PREFEITO JOAO LUIZ DA SILVA, 68	Cleber	(51) 3731-7233	clebergori@hotmail.com



Preço (Compras Governamentais) 2: Preço do Fornecedor Vencedor

Inc. I Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

04.632
R\$ 47,00

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA

Comando do Exército

Comando Militar do Sul

6ª Divisão de Exército

3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada

7º Regimento de Cavalaria Mecanizado

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de instrumentos musicais, peças e acessórios para que se possa manter a vida vegetativa da Fanfarra do 7º Regimento de Cavalaria Mecanizado..

Descrição: Peças e acessórios instrumento musical - Aplicação: Caixa De Bateria 14",
Tipo: Pele, Características Adicionais: Porosa,

CatMat: 466858 - PEÇAS E ACESSÓRIOS INSTRUMENTO MUSICAL

Data: 24/11/2022 08:35

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: NºPregão:52022 / UASG:160435

Lote/Item: /19

Ata: Link Ata

Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br

Quantidade: 4

Unidade: Unidade

UF: RS

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

28.732.430/0001-17 CLAUDINEI TONIETTI

R\$ 47,00

* VENCEDOR *

Marca: ANTARES

Fabricante: ANTARES

Modelo: ADHP14

Descrição: Aplicação: Caixa De Bateria 14", Tipo: Pele, Características Adicionais: Porosa

Estado: Cidade:

SP São José do Rio Pardo

Endereço:

PC PRUDENTE DE MORAES, 78

Nome de Contato:

CLAUDINEI

Telefone:

(19) 3684-1206

Email:

fabricadosom2@terra.com.br

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Preço do Fornecedor Vencedor

R\$ 20,00

Inc. II Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA DOESTE

Objeto: AQUISICAO DE INSTRUMENTOS E INSUMOS PARA FOMENTAR PRATICA CULTURAL DE ARTE MUSICAL NO MUNICIPIO DE CONQUISTA D'OESTE

Descrição: PELE - RESPOSTA PARA CAIXA TAROL 14". - PELE - RESPOSTA PARA CAIXA TAROL 14".

Data: 29/11/2022 00:00

Modalidade: Dispensa de licitação para compras e serviços

SRP: NÃO

Identificação: 510336-7-038-2022

Lote/Item: 1/20

Ata: N/A

Fonte: cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao

Quantidade: 15

Unidade: Unidade

UF: MT

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

01.003.712/0001-27 ISMAEL DOMINGOS DAN & CIA.LTDA

R\$ 20,00

* VENCEDOR *

Marca: Marca não informada

Fabricante: Fabricante não informado

Descrição: Descrição não informada

Estado: Cidade:

MT Pontes e Lacerda

Endereço:

AV MARECHAL RONDON, 1.600

Telefone:

(65) 3266-1997 / (65) 9916-7033

Email:

jpm_roman@hotmail.com

Preço Site de Domínio Amplo 1

R\$ 26,52

Inc. III Art. 5º da IN 73 de 05 de Agosto de 2020

Site: Magazine Luiza (https://www.magazineluiza.com.br/)

Produto: Pele Resposta Para Caixa 14 Pol P0 Transparente Izzo

Descrição:



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.103.173.140)
 Código Validação: mbZqK3y3IMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
 http://www.bancocleprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3y3IMh5qQPSfZkNlv%252bWM8ARn3zfcdSybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d

Data/Hora Inclusão: 05/04/2023 16:31:25

CNPJ: 47.960.950/1088-36

Telefone: 0800 773 3838

Url:



Preço estimado dos itens calculado pela fórmula Média Aritmética grupo de preços:

Item 1 - BUMBO FUZILEIRO

- 4 preços de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas entre os dias 14/03/2022 e 19/07/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.

Item 2 - SURDO 30X14.

- 2 preços de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas entre os dias 14/03/2022 e 29/04/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 2 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:01:03 e 07/02/2023 10:01:05.

Item 3 - SURDO 45X14

- 2 preços de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas entre os dias 14/03/2022 e 29/11/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletado no dia 07/02/2023 10:02:36

Item 4 - PRATO 13"

- 3 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:15:20 e 07/02/2023 10:16:18.

Item 5 - TALABARTE CORREIA DE 2 GANCHO

- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 11/07/2022, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 3 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:18:54 e 05/04/2023 15:32:31.

Item 6 - BAQUETA PARA SURDO.

- 2 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas no dia 02/08/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 2 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:22:26 e 07/02/2023 10:22:31.

Item 7 - BAQUETA DE REPIQUE

- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 25/05/2022, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 2 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:24:12 e 05/04/2023 16:13:43.

Item 8 - BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 30 cm

- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 07/07/2022, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 3 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 07/02/2023 10:31:07 e 05/04/2023 16:20:55.

Item 9 - BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO FUZILEIRO 22,5 cm

- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 07/07/2022, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 3 preços de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletados entre os dias 01/03/2023 11:25:20 e 01/03/2023 11:25:33.



Relatório gerado no dia 05/04/2023 16:34:10 (IP: 177.105.173.140)
 Código Validação: mbZqK3yj3tMh5qQPSfZkNlv%2bWM8ARn3zfcfSybUITfcqHU8nPtm6WA%3d%3d
<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=mbZqK3yj3tMh5qQPSfZkNlv%252bWM8ARn3zfcfSybUITfcqHU8nPtm6WA%253d%253d>

Item 10 - PELE 22"

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 01/06/2022 e 15/08/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletado no dia 07/02/2023 11:10:03

Item 11 - PELE 14"

- 4 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 15/08/2022 e 03/02/2023, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.

Item 12 - PELE 14" RESPOSTA

- 2 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 24/11/2022 e 14/12/2022, calculados pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço de Aquisições e contratações similares de outros entes públicos homologadas/adjudicadas no dia 29/11/2022, calculado pela fórmula Preço do Fornecedor Vencedor.
- 1 preço de Domínio Amplo (pesquisa publicada em mídia especializada), coletado no dia 05/04/2023 16:31:25

DESCRIPTIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Preço do Fornecedor Vencedor

- Capta os preços homologados para o item ou lote.
-





ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Prefeitura Municipal de Caibi/SC caibi.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2	Data: 11/01/2023 12:22:05 Acessar a fonte aqui
2 - ComprasNet www.comprasgovernamentais.gov.br	Data: 05/04/2023 16:31:04 Acessar a fonte aqui
3 - Licitanet - Licitações on-line licitanet.com.br	Data: 15/08/2022 16:58:01 Acessar a fonte aqui
4 - Prefeitura Municipal de Barra do Guarita/RS 177.125.247.213/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2	Data: 07/02/2023 10:00:51 Acessar a fonte aqui
5 - Prefeitura Municipal de Realeza/PR realezapr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes	Data: 07/02/2023 10:01:16 Acessar a fonte aqui
6 - Compras MT cidadao.tce.mt.gov.br/licitacao	Data: 29/03/2023 09:35:39 Acessar a fonte aqui



Baixe agora o **SuperAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) *Confira regras

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus

magalu Busca no Magalu  Bem-vindo :) Entre ou cadastre-se  Ver ofertas para minha região 

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

Surdo 30x14 luen chp escv nat 6 afin aro chp preto

Código af1882kkh6 | [Ver descrição completa](#) | [LUEN](#)

Descubra as ofertas mais próximas de você!
Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais. [Cadastrar CEP](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **Master Digital**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba](#)

R\$ 255,51

ou 5x de R\$ 51,10 sem juros

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 255,51
5xR\$ 51,10

 **COMPRAR AGORA**

 **ADICIONAR À SACOLA**

 **Calcular frete e prazo**

Quem viu este produto, viu estes também



Zabumba luen 15x18 vnz 8 afin aro chp preto

R\$ 266,39

ou 5x de R\$ 53,28 sem juros



Zabumba phx madeira 20x18 aro bala verniz 372ab

R\$ 354,59

ou 7x de R\$ 50,66 sem juros



Zabumba 18" x 20cm IZZO

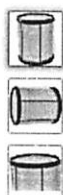
~~R\$ 350,20~~
R\$ 339,90

ou 7x de R\$ 48,56 sem juros

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade

ENTENDI E FECHAR

Instrumentos Musicais > Bateria, Percussão e Equipamentos



Passe o mouse para ampliar a imagem



Surdo 45X14\"/>

Marca: Luen

R\$ 173,09

Em até 3x R\$ 57,71 sem juros Ver parcelas disponíveis



Pagamentos e Segurança Enviado pela Amazon Política de devolução

- O surdo é o grande responsável pela marcação do tempo. Com um grave profundo para muitos é considerado o "coração" do samba. Também é utilizado em outros estilos como pop, sertanejo e principalmente axé.
- Surdo
- Garantia do produto: 3 Meses para defeitos de fábrica
- Quantidade no pacote: 1

Detalhes adicionais



Pequeno Negócio

Este produto é de uma marca de um pequeno negócio. Saiba mais



Amazon Assistant
Economize com o nosso Verificador de Preços dos últimos 30 dias. Saiba Mais

R\$ 173,09

Entrega GRÁTIS Quinta-feira, 16 de Fevereiro

Selecione o endereço

Em estoque.

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Transação segura

Enviado por Amazon.com.br
Vendido por Amazon.com.br

☐ Sim, eu quero frete GRÁTIS para este pedido com o Amazon Prime

☐ Comprar este item como presente

Adicionar à Lista

Tem para vender?

Venda na Amazon

Compre com



+



+



Preço total: R\$ 255,97

Adicionar os três ao carrinho

Estes itens são enviados e vendidos por vendedores diferentes. Ver detalhes

☒ Este item: Surdo 45X14" Alumisteel 6 Afin Aro Chapa Preto Pele Leitosa Batuka R\$ 173,09☒ Flauta Doce Germânica Dolphin 7749 Soprano Dó - ABS R\$ 27,89☒ Gaita Pocket Blues Dolphin 6406, 20 Vozes Do Abs R\$ 54,99

Informações sobre o produto

Detalhes técnicos

Informações adicionais

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) *Confira regras

Nossas lojas Tênia sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu Bem-vindo! Entre ou cadastre-se Ver ofertas para minha região Saldão

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

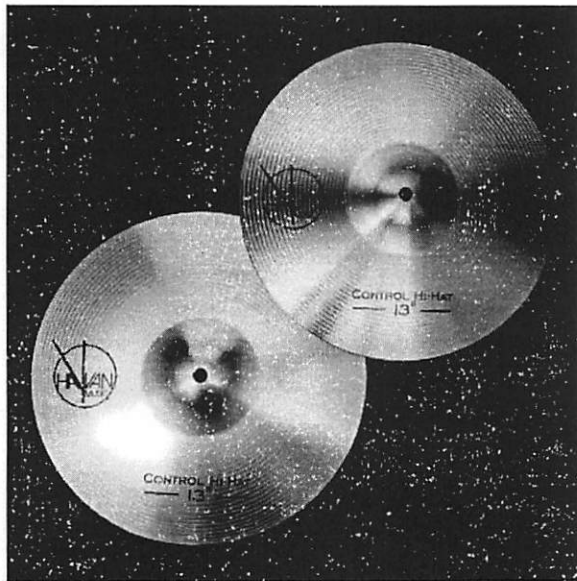
Descubra as ofertas mais próximas de você!
 Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

magalu > Instrumentos Musicais > Bateria e Percussão > Pratos de Bateria > Control Hi Hat

Cadastrar CEP

Control Hi Hat 13" Hm Drum Shop - Alloy Series

Código kb7cc06hf4 | [Ver descrição completa](#) | [Hayvan Music](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por [Hayvan Music Shop](#)

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 295,00

R\$ 239,00

ou 5x de R\$ 47,80 sem juros

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 239,00
5x R\$ 47,80



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

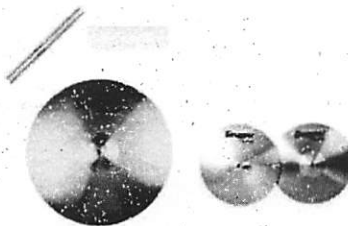
Quem viu este produto, viu estes também



Prato de Ataque para Bateria 16" New York

R\$ 184,00

ou 4x de R\$ 46,00 sem juros



Set de pratos para bateria chimbau 14 ataque 16 dreamer brass + brinde

R\$ 465,00

ou 10x de R\$ 46,50 sem juros



Pedal de bumbo simples robusto - turbo power

R\$ 340,00

R\$ 319,90

ou 6x de R\$ 53,32 sem juros

Produtos patrocinados do Magalu para você

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação; saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

[SHOPPING](#) [MERCADO](#) [DROGARIA](#) [SERVIÇOS](#) [Venda no Marketplace](#) [Nossas lojas](#) [Atendimento](#) [Atendimento em Libras](#)

 **Ofertas exclusivas pra você!**
Quer receber nossos descontos e novidades em primeira mão?
[EU QUERO](#)



 **Ofertas para:** São Paulo - SP 

[← Prato](#)

Prato Para Bateria Orion Solo Pro Hi Hat Chimbal De 13

[Não Informado](#) Código: 319919428

Nossa plataforma se utiliza de cookies de terceiros para apresentação de ofertas e condições personalizadas a você. Ao clicar no botão "Prosseguir com Todos", você se declara ciente deste compartilhamento. Caso contrário, você [pode personalizar esta coleta de acordo com a sua preferência](#). Saiba mais em nossa [Política de Privacidade](#).

[Personalizar cookies](#)[Prosseguir com Todos](#)

SHOPPING

MERCADO

DROGARIA

SERVIÇOS

Televendas

Nossas lojas

Atendimento

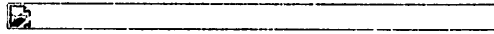
Atendimento em Libras

Baixe o app

Carrefour

Pesquise por produtos ou marcas

Ofertas para: São Paulo - SP



Prato Para Bateria Orion Solo Pro Hi Hat Chimal De 13

Cod: 321529186

Vendido e entregue por

O Carrefour garante a sua compra [Saiba mais](#)

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu  Bem-vindo :) Entre ou cadastre-se  Ver ofertas para minha região   Saldão

Todos os departamentos  Ofertas do Dia Celulares Móveis

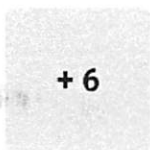
Descubra as ofertas mais próximas de você!
Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

[Cadastrar CEP](#)

magalu > Comércio e Indústria > EPI > Talabarte de Segurança > Talabarte, correia 2 ganchos

Talabarte, correia 2 ganchos - Brazucapas

Código hgjh5ak35 | [Ver descrição completa](#) | [Brazucapas](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)



Vendido por **Brazucapas**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 77,00

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 77,00
1xR\$ 77,00



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também

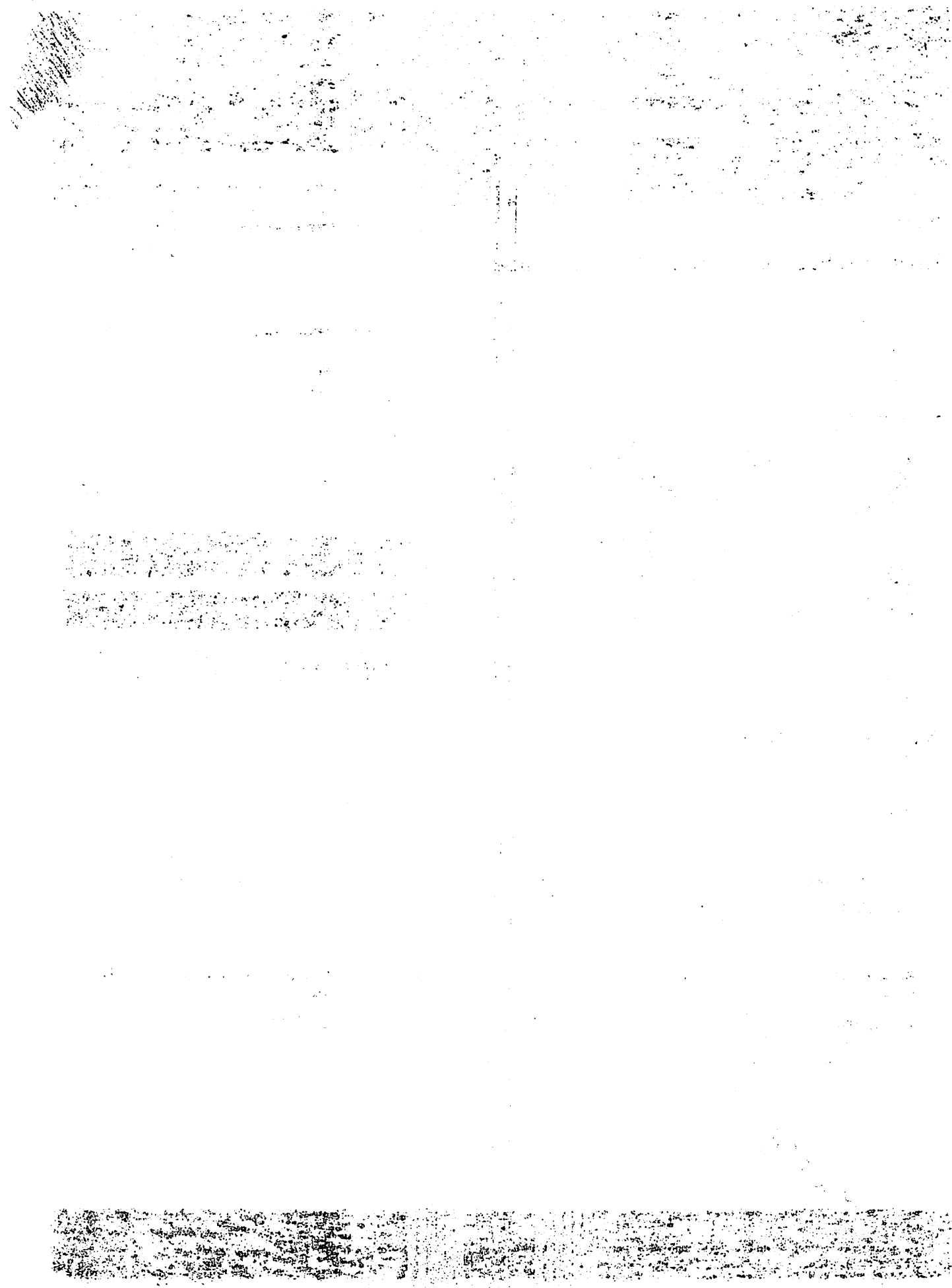


Talabarte para bumbo com 2
mosquetoes couro timbra

R\$ 89,00

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR



Anexo 7

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

[Nossas lojas](#) [Tenha sua loja](#) [Regulamentos](#) [Acessibilidade](#) [Guia de segurança](#) [Atendimento](#) [Compre pelo tel: 0800 773 3838](#) [Meus pedidos](#)

 **magalu** [Bem-vindo! Entre ou cadastre-se](#) [Ver ofertas para minha região](#) [Saldo](#)

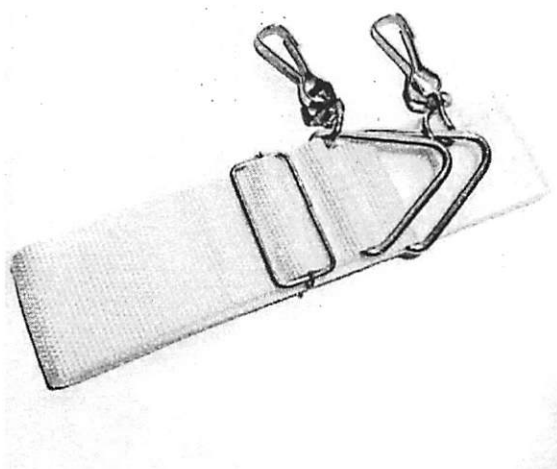
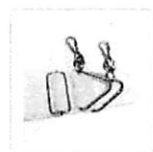
[Todos os departamentos](#) [Ofertas do Dia](#) [Celulares](#) [Móveis](#)

Descubra as ofertas mais próximas de você!
 Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

magalu > Instrumentos Musicais > Instrumentos de Corda > Acessórios > Correia > C

Correia Prado Talabarte 2 Ganchos para Percussão

Código bd39hc0dk7 | [Ver descrição completa](#) | KING MUSICAL



★★★★★ [Avaliar produto](#)



Vendido por **King Musical**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 39,90

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 39,90
1xR\$ 39,90



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



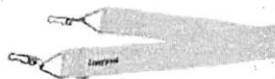
Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



Talabartes Para Caixa 2 Ganchos Nylon
Liverpool

R\$ 35,00



Talabartes Para Caixa 2 Ganchos Nylon
Liverpool

R\$ 24,99



Talabartes Para Caixa 2 Ganchos Nylon
Liverpool

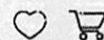
R\$ 29,00



Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDE E FECHAR

☰ **CASASBAHIA**



O que você está procurando?



📍 Informe seu CEP



Casasbahia.com.br > Instrumentos Musicais > Acessórios para Instrumentos Musicais > Acessórios para Instrumentos de Percussão

☆☆☆☆☆ (0 avaliações)



Vendido por Loja Constelação e entregue por Casas Bahia

Talabarte Correia Para Caixa Tarol 2 Ganchos Liverpool TAL 2GANP

(Cód. Item 1554815514) [Outros produtos Liverpool](#)

R\$ 24,90

ou até 1x de R\$24,90 sem juros [ver parcelamento](#)

Comprar

R\$ 24,90

📅 à vista no Cartão Casas Bahia ou 3x de R\$ 8,30 sem juros.

[Peça já o seu cartão Casas Bahia](#)

Calcule o frete e prazo de entrega

Consultar

Descrição do produto

TALABARTE CORREIA PARA CAIXA TAROL 2 GANCHOS LIVERPOOL TAL 2GANP

Contato Liverpool

[Denunciar produto](#)

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) *Confira regras

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia da segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu

Bem-vindo :) Entre ou cadastre-se Ver ofertas para minha região Saldão

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

Descubra as ofertas mais próximas de você!

magalu > Instrumentos Musicais > Bateria e Percussão > Baqueta > Ubi Baqueta para

Ubi Baqueta para Surdo de Samba Alumínio U

Código kk1122jb79 | [Ver descrição completa](#) | [Ubi artesanão](#)

[Cadastrar CEP](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)



Vendido por **O Acústico**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 34,00

[Cartão de crédito](#)
sem juros

R\$ 34,00
1xR\$ 34,00



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



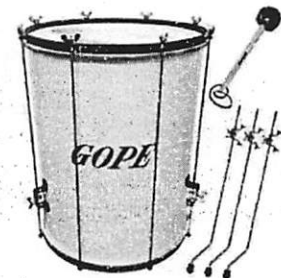
Baqueta Maçaneta Fênix Pelucia Preta P/bumbo E Surdo

R\$ 25,90



Baqueta Surdo Samba Pagode Liverpool

R\$ 49,44

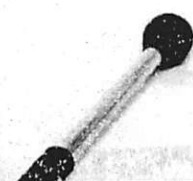
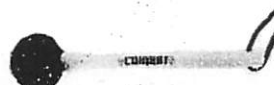


Kit Surdo Gope Madeira 60cm 18 Pele Couro C/ Tripé + Baqueta

~~R\$ 1.459,99~~

R\$ 1.271,90

ou 10x de R\$ 127,19 sem juros



Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade

ENTENDI E FECHAR

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu Bem-vindo! Entre ou cadastre-se Ver ofertas para minha região Saldão

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

magalu > Instrumentos Musicais > Bateria e Percussão > Baqueta > Baqueta de Madeira

Baqueta de Madeira de Surdo Profissional Ret...

Código fa902ccjb5 | [Ver descrição completa](#) | [Ubi artesão](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **O Acústico**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 30,00

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 30,00
1xR\$ 30,00



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo
Com Bola Pelúcia Mc48

R\$ 39,90
R\$ 27,90



Baqueta Maçaneta Fênix Pelúcia Preta
P/bumbo E Surdo

R\$ 25,90



Baqueta Maçaneta Spanking Linha
Combat De Madeira Para Surdo

R\$ 34,40

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade

ENTENDI E FECHAR

In addition, the document highlights the need for regular communication and collaboration between all parties involved in the process. This includes not only the internal team but also external stakeholders such as clients and suppliers. By keeping everyone informed and involved, the risk of misunderstandings and conflicts is significantly reduced. The text also notes that this approach fosters a sense of transparency and trust, which is essential for long-term success.

Furthermore, the document stresses the importance of staying up-to-date with the latest industry trends and regulations. This requires a commitment to continuous learning and professional development. The text suggests that regular training sessions and workshops can be very effective in achieving this goal. It also mentions that keeping abreast of new technologies and tools can help in streamlining processes and improving efficiency.

Overall, the document provides a comprehensive overview of the key factors that contribute to the success of a business. It covers a wide range of topics, from financial management to human resources, and offers practical advice and strategies for each area. The text is well-organized and easy to read, making it a valuable resource for anyone looking to improve their business performance.

The document also includes several case studies and examples that illustrate the concepts discussed. These provide a real-world context for the information and help readers to better understand how to apply it in their own organizations. The text also mentions that these examples are based on actual data and are not hypothetical, which adds to their credibility.

In conclusion, the document is a thorough and informative guide to business management. It covers all the essential aspects of running a successful business and provides a wealth of practical advice and strategies. The text is well-written and easy to understand, making it accessible to a wide range of readers. It is a valuable resource for anyone looking to improve their business performance and achieve long-term success.

The document is a comprehensive guide to business management, covering a wide range of topics from financial management to human resources. It provides a wealth of practical advice and strategies for each area, making it a valuable resource for anyone looking to improve their business performance. The text is well-organized and easy to read, with several case studies and examples that illustrate the concepts discussed. It is a thorough and informative guide to business management, covering all the essential aspects of running a successful business.

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu Bem-vindo! Entre ou cadastre-se Ver ofertas para minha região Saldão

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

Descubra as ofertas mais próximas de você! Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

2 Baquetas Repique Para Bateria Master Mt1

Código bb1ghc22d2 | [Ver descrição completa](#) | [liverpool](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **LOJA CONSTELAÇÃO**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 24,90
R\$ 22,90

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 22,90
1x R\$ 22,90

COMPRAR AGORA

ADICIONAR À SACOLA

[Calcular frete e prazo](#)

Produtos patrocinados do Magalu para você



Bateria Eletrônica Xpro ED10 Preto C.Ibanez

R\$ 4.558,00

ou 10x de R\$ 455,80 sem juros



Bateria Eletrônica Xpro ED100 Preto C.Ibanez

R\$ 5.520,00

ou 10x de R\$ 552,00 sem juros



Bateria Eletrônica X-Pro Ed2 Orange

~~R\$ 2.999,00~~
R\$ 2.725,00

ou 10x de R\$ 272,50 sem juros

Produtos relacionados

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

Baixe agora o **SuperApp** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

Nossas lojas [Tenha sua loja](#) [Regulamentos](#) [Acessibilidade](#) [Guia de segurança](#) [Atendimento](#) [Compre pelo tel: 0800-773 3838](#) [Meus pedidos](#)

magalu [Beim-vindo :\) Entre ou cadastre-se](#) [Ver ofertas para minha região](#) [Saldão](#)

[Todos os departamentos](#) [Ofertas do Dia](#) [Celulares](#) [Móveis](#)

Descubra as ofertas mais próximas de você!
Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

Baqueta Maçaneta Fênix Pelucia Branca P/bu... [Cadastrar CEP](#)

Código dada46ej9g | [Ver descrição completa](#) | [Spanking](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **Mundo da Música**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 28,99

[Cartão de crédito](#)
sem juros

R\$ 28,99
1xR\$ 28,99



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



[Calcular frete e prazo](#)

Quem viu este produto, viu estes também



Baqueta Maçaneta Fênix Pelucia Preta
P/bumbo E Surdo

R\$ 25,90



Kit Surdo Gope Madeira 60cm 18 Pele
Couro C/ Tripé + Baqueta

R\$ 1.459,90

R\$ 1.271,90

ou 10x de R\$ 127,19 sem juros



Baqueta Maçaneta Pelucia Preta
P/bumbo E Surdo Fênix

R\$ 25,00

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

The first part of the report discusses the general situation of the country and the progress of the work. It is followed by a detailed account of the various projects and the results achieved. The report concludes with a summary of the work done and the plans for the future.

The second part of the report deals with the financial aspects of the work. It gives a detailed account of the income and expenditure of the organization and shows how the funds have been used. It also discusses the financial position of the organization and the measures taken to ensure its financial stability.

The third part of the report contains a list of the names of the members of the organization and the names of the various committees and sub-committees. It also gives a list of the names of the donors and the names of the people who have been helped by the organization.

The fourth part of the report contains a list of the names of the various institutions and organizations with which the organization has been in contact. It also gives a list of the names of the people who have been consulted and the names of the people who have been helped by the organization.

The fifth part of the report contains a list of the names of the various institutions and organizations with which the organization has been in contact. It also gives a list of the names of the people who have been consulted and the names of the people who have been helped by the organization.

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

[Nossas lojas](#) [Tenha sua loja](#) [Regulamentos](#) [Acessibilidade](#) [Guia de segurança](#) [Atendimento](#) [Compre pelo tel: 0800 773 3838](#) [Meus pedidos](#)

magalu [Bem-vindo](#) [Entre ou cadastre-se](#) [Ver ofertas para minha região](#) [Saldo](#)

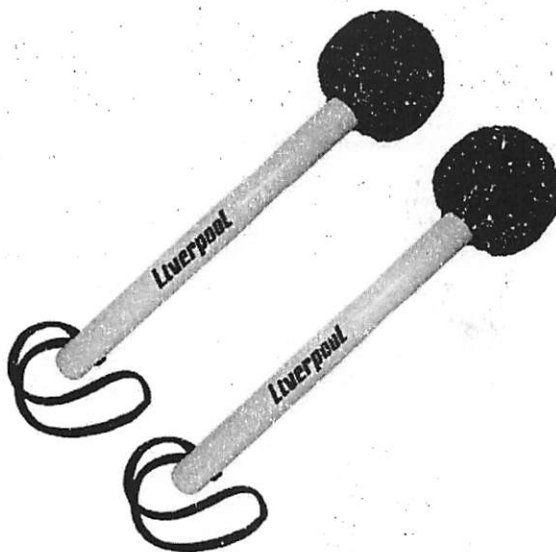
[Todos os departamentos](#) [Ofertas do Dia](#) [Celulares](#) [Móveis](#)

Descubra as ofertas mais próximas de você!

magalu > Instrumentos Musicais > Bateria e Percussão > Baqueta > Kit 2 Maçaneta Liverpool

Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo Cor. ...

Código be48f4a834 | [Ver descrição completa](#) | [Liverpool](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **LOJA CONSTELAÇÃO**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 49,90

R\$ 37,90

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 37,90
1x R\$ 37,90



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



Baqueta Spanking Combat Maçaneta Surdo De 3ª

R\$ 26,00



Baqueta de Madeira de Surdo Profissional Reta Ubi UBSM

R\$ 31,80



Microfone com fio Ielong le-905 2.5m

R\$ 30,00



Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) *Confira regras

Nossas lojas Tenha sua loja Regulamentos Acessibilidade Guia de segurança Atendimento Compre pelo tel: 0800 773 3838 Meus pedidos

magalu Busca no Magalu Bem-vindo! Entre ou cadastre-se Ver ofertas para minha região

Todos os departamentos Ofertas do Dia Celulares Móveis

Descubra as ofertas mais próximas de você! Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

Saldão

magalu > Instrumentos Musicais > Bateria e Percussão > Baqueta > Kit 2 Maçaneta Li

Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo Cor..

Código be48f4a834 | [Ver descrição completa](#) | [Liverpool](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)



Vendido por **LOJA CONSTELAÇÃO**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 39,98

R\$ 36,90

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 36,90
1xR\$ 36,90



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



REBOLO SAMBA E PAGODE PHX MUSIC
50x12 MADEIRA PELE NAPA

★★★★★

R\$ 229,79

R\$ 206,81

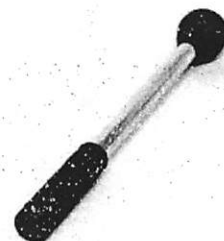
no PIX (10% de desconto)

ou 5x de R\$ 45,96 sem juros



Baqueta de Madeira de Surdo
Profissional Reta Ubi UBSM

R\$ 31,80



Ubi Baqueta Para Surdo de Alumínio Com
Manopla Borracha UBBSA

R\$ 42,75

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

Baixe agora o **SUPERAPP** e aproveite milhares de produtos com **Frete Grátis** [confira](#) [*Confira regras](#)

Nossas lojas | Tenha sua loja | Regulamentos | Acessibilidade | Guia de segurança | Atendimento | Compre pelo tel: 0800 773 3838 | Meus pedidos

magalu [Bem-vindo :\) Entre ou cadastre-se](#) [Ver ofertas para minha região](#) [Saldo](#)

Todos os departamentos | Ofertas do Dia | Celulares | Móveis

Descubra as ofertas mais próximas de você!
 Compartilhe sua localização para receber os melhores valores de frete, entregas mais rápidas e muito mais.

Baqueta Maçaneta Pelucia Preta P/bumbo E S...

Código gbdhfcg9g1 | [Ver descrição completa](#) | [Fenix](#)



★★★★★ [Avaliar produto](#)



Vendido por **Tokyo Som**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 25,00

Cartão de crédito
sem juros

R\$ 25,00
1x R\$ 25,00



COMPRAR AGORA



ADICIONAR À SACOLA



Calcular frete e prazo

Quem viu este produto, viu estes também



Baqueta para tamborim ou agogo de madeira

R\$ 15,00



Kit 2 Maçaneta Liverpool Baqueta Bumbo Com Bola Pelúcia Mc48

~~R\$ 39,90~~
R\$ 36,90



Baquetas Para Bateria Liverpool 7a Marfim Classic Series - Cor Marfim

~~R\$ 54,90~~
R\$ 47,90

Cookies: a gente guarda estatísticas de visitas para melhorar sua experiência de navegação, saiba mais em nossa política de privacidade.

ENTENDI E FECHAR

Termo de Referência 14/2023

Informações Básicas

Número do TR UASG 14/2023 987517-PREF.MUN. DE CONGONHINHAS Editado por ELIZIA RODRIGUES DE MACEDO Atualizado em 11/04/2023 10:59 (v 3.0)
Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda; Número da Contratação Processo Administrativo 01

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra para atender a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12 Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada.	14222	unidade	05	R\$ 499,00	R\$ 2.495,00
2	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 340,00	R\$ 3.400,00
3	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
4	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado	14222	unidade	04	R\$630,00	R\$2.520,00

5	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centímetro de Largura, Material NYlon, Ponteira de Metal Giratória	14222	unidade	65	R\$27,00	R\$ 1.755,00
6	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm	14222	unidade	40	R\$16,77	R\$ 670,80
7	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6", 41cm	14222	unidade	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
8	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm	14222	unidade	20	R\$37,90	R\$758,00
9	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm	14222	unidade	10	R\$36,90	R\$369,00
10	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa	14222	unidade	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00
11	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa	14222	unidade	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
12	Pele 14" resposta	14222	unidade	10	R\$34,52	R\$ 345,20

	Pele transparente aro de alumínio, material Filme					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Com a elaboração de ata de Registro de Preço de acordo com Decreto federal 11.462/2023

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando a necessidade de dar continuidade ao projeto da fanfarra, temos o motivo da compra dos instrumentos de percussão para o andamento do projeto, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Cultura.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Requisitos de Contratação:

4.2.1 - Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2.2 - Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.3- Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2.2 - Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.2.3 - Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

Subcontratação

4.6. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação da secretaria, em remessa única.*

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes, no Município de Congonhinhas- Pr.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.10. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.11. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.12. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.13. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.14. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.15. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.1. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar a verificação periódica da caixa de mensagens do endereço de correspondências eletrônica fornecido pela mesma.

6.12.2. O telefone de contato fornecido pela CONTRATADA deverá estar disponível durante todo o horário comercial, a fim que as notificações do material sejam atendidas dentro do prazo indicado neste Termo de Referência.

6.12.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Nota Explicativa: Inserir o subitem 6.12 se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Âmbito Regional

8.1. Tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais), conforme custos unitários na tabela em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

06.002 - Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo/ Divisão de Cultura

1.012- Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo

240- 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf (83.65 KB)

Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site:

Solicitação de Compra Nº 75/2023

Solicitante:	Daians Santos Pirolo	Data da Solicitação:	05/04/2023
Organograma:	0600200000 - DIVISÃO DE CULTURA		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo- Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes		
Objeto:	Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra atender a Secretaria de Cultura.		
Justificativa:	Justifica-se a necessidade da compras desses instrumentos para a continuidade da Fanfarra, um projeto esse que leva para as crianças e adolescentes o primeiro contato com a música. Desenvolvendo também a atenção e ensinando sobre ter disciplina.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103428-1	5,00	UNI	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12 Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada. catmat 14222	499,0000	2.495,00
2	770103429-1	10,00	UNI	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada catmat 14222	340,0000	3.400,00
3	770103430-1	10,00	UNI	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada catmat 14222	360,0000	3.600,00
4	770103431-1	4,00	UND	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado catmat 14222	630,0000	2.520,00
5	770103432-1	65,00	UND	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largura, Material NYolon, Ponteira de Metal Giratória catmat 14222	27,0000	1.755,00
6	770103433-1	40,00	UND	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm catmat 14222	16,7700	670,80
7	770103434-1	50,00	UND	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6", 41cm catmat 14222	9,0000	450,00
8	770103435-1	20,00	UND	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm catmat 14222	37,9000	758,00
9	770103436-1	10,00	UNI	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm catmat 14222	36,9000	369,00
10	770103437-1	10,00	UND	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa catmat 14222	69,0000	690,00
11	770103438-1	40,00	UND	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa catmat 14222	25,0000	1.000,00
12	770103439-1	10,00	UND	Pele 14" resposta Pele transparente aro de alumínio, material Filme catmat 14222	34,5200	345,20

Preço Total: 18.053,00

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
240 - 06.002.13.392.0022.1012.4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	00000- 00000.01.07.00.00.1 .500.0000	18.053,00

Congonhinhas, 05 de Abril de 2023.

DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
7929

Assinado de forma digital
por DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2023.04.11
14:37:35 -03'00'

Assinatura do Responsável



DECRETO Nº 2.985/2020

“REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NAS LICITAÇÕES DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS”.

Eu, VALDINEI APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Congonhinhas, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 65, IX da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 42 a 45 e 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais nas compras efetuadas pela Administração Pública Municipal.

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de utilizar o poder de compras públicas para fomentar a economia local.

DECRETA:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com o objetivo de:

- I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da Administração Pública Direta e as entidades da Administração Indireta.



§ 2º O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedores individuais dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 4º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município de Congonhinhas;

II - âmbito regional: limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 5º Admite-se a adoção de outro critério de definição de âmbito local e regional, justificadamente, em edital, desde que atenda aos objetivos previstos no art. 1º.

Art. 2º Para a ampliação da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações, os órgãos ou entidades abrangidas por este Decreto, deverão:

I - Definir o objeto da contratação sem utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais;

II - Descentralizar territorialmente as compras públicas, observando as potencialidades econômicas e a capacidade produtiva locais, permitindo ampliar a competitividade e fomentar o desenvolvimento local e regional.

Art. 3º As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da



documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Art. 4º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.

§ 4º A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma do inciso I, serão convocados os remanescentes que se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem em situação de



empate, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º Não se aplica o sorteio disposto no inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

§ 6º No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa, empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta deverá estar previsto no instrumento convocatório.

§ 8º Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§ 9º Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

Art. 5º Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão realizar processo licitatório, destinado exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§ 1º Quando a licitação realizada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais for deserta ou fracassada, o processo poderá ser repetido, não havendo, neste momento, a obrigatoriedade da participação exclusiva.

§ 2º O valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao valor total estimado para a licitação, quando o certame tratar da aquisição de mesmo bem ou serviço.



§ 3º Nos casos de processos licitatórios de bens ou serviços distintos o valor limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ser aferido por item ou lote.

§ 4º Nas licitações destinadas à participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedores individuais faculta-se ao licitante, para fins de habilitação, atestar a qualificação econômico-financeira através da comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido.

Art. 6º Nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais para a totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

§ 3º Se uma mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pelo menor preço obtido entre estas.

§ 4º No caso descrito no § 3º, o licitante será chamado para ajustar a proposta da cota de maior valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da de menor valor.

§ 5º Havendo recusa por parte do licitante em ajustar os preços na forma prevista no § 4º, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada daquele relativo à cota de maior valor, sem prejuízo da imposição das penalidades, definidas no instrumento convocatório.

§ 6º Caberá à Administração Pública definir, motivadamente, os critérios de divisão do valor global da licitação, podendo adotar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, de cada lote ou de cada item da licitação, garantindo os mecanismos



e) nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual sediado local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente;

f) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro, previstas no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 8.666, de 1993; e

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 8º Não se aplica o disposto nos arts. 5º ao 6º quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º; e



necessários para ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

§ 7º Somente existirá prioridade para efetuar a contratação da empresa vencedora da cota reservada, no registro de preços, se esta aceitar reduzi-lo ao valor registrado para a cota de ampla concorrência, se esta for de menor valor.

§ 8º Na hipótese prevista no § 7º, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o montante registrado na cota mais vantajosa, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o exaurimento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação.

Art. 7º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 5º a 6º:

I - desde que previamente estabelecido, poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente, até o limite de 5% (cinco por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual, sediado local ou regionalmente, melhor classificado dentro do intervalo definido, será considerado vencedor da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese da não contratação da microempresa, da empresa de pequeno porte ou do microempreendedor individual sediado local ou regionalmente com base na alínea "a", serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na situação do inciso I na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) nas licitações a que se refere o art. 7º, a prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados local ou regionalmente será aplicada apenas na cota reservada;



Parágrafo único. Para efeito de obtenção da informação prevista no inciso I, é possível utilizar os dados extraídos do sistema estadual de compras eletrônicas, sem prejuízo da realização de pesquisa mercadológica pelo órgão ou entidade licitante para confirmar ou robustecer as referidas informações.

Art. 9º Para fins de aplicação dos benefícios previstos neste Decreto, deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 1º A identificação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais na sessão pública do pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento dos lances.

§ 2º No pregão eletrônico, a declaração mencionada no caput do artigo será prestada eletronicamente em campo próprio do sistema, antes do envio da proposta.

§ 3º Nas demais modalidades de licitação a apresentação da declaração deve ocorrer logo após a abertura da sessão, separadamente dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congonhinhas, 15 de maio de 2020.


Valdiné Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - Estado do Paraná

DECRETO Nº 1.333/2020

"REGULAMINANDO O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS NAS LICITAÇÕES DE BENS, SERVIÇOS E OBRAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS".

Eu, VALDINEI APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de

Congonhinhas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme artigo 65, III da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 43 e 48 e 47 e 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais nas compras efetuadas pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de utilizar o poder de compra político para fomentar a economia local;

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no distrito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - fomentar a inovação tecnológica;

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto as regras da Administração Pública Direta e as entidades da Administração Indireta.

§ 2º O enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual de acordo com as condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2008.

§ 3º Para efeitos deste Decreto, consideram-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município de Congonhinhas;

II - âmbito regional: limites geográficos do Estado do Paraná metropolitano, que podem abranger municípios ou microregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

§ 3º Admite-se a adoção de outro critério de delimitação de âmbito local e regional, justificadamente, em razão de estar de acordo com os objetivos previstos no art. 1º.

Art. 2º Para a ampliação da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações, as regras ou condições estabelecidas por este Decreto, deverão:

I - Definir o objeto da contratação sem utilizar especificações que restrinjam, quantitativamente, a participação das microempresas, das empresas de pequeno porte e dos microempreendedores individuais;

II - Discriminar territorialmente as empresas públicas, observando as preferências econômicas e a capacidade produtiva local, permitindo ampliar a competitividade e fomentar o desenvolvimento local e regional;

Art. 3º As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em licitações, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurada a prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, por regularização de documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

§ 2º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativas;

Art. 4º Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

§ 1º Entende-se haver empate quando os efeitos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, mantendo o disposto no § 2º;

§ 2º Na ocorrência de empate, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual;

§ 4º A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - quando o empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - não ocorrendo a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, no termo do inciso I, serão convocados os remanescentes que se enquadram em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de valores idênticos apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontram em situação de empate, será realizada sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

§ 5º Não se aplica o disposto no inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir a entrega em lote, caso contrário na fase de lance do pregão, em que os lances equivalentes não são ordenados iguais, sendo classificados conforme o ordem de apresentação pelas licitantes;

§ 6º No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa, empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por hora em situação de empate, sob pena de preclusão;

§ 7º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para o licitante apresentar nova proposta deverá estar previsto no instrumento convocatório;

§ 8º Nas licitações de tipo técnico e preço, o empate será decidido mediante em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelas licitantes, sendo incluída a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual melhor classificado e a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento;

§ 9º No hipótese de não contratação nos termos previstos neste artigo, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

Art. 5º Os órgãos e entidades abrangidos por este Decreto deverão realizar processo licitatório, incluindo exclusivamente a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos lances ou lances de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

§ 1º Quando a licitação realizada para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais for deserta ou fracassada, o processo poderá ser repetido, não havendo, neste momento, a obrigatoriedade de participação exclusiva;

§ 2º O valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) refere-se ao valor total estimado para a licitação, quando o conteúdo total da aquisição de mesmo bem ou serviço;

§ 3º Nos casos de processos licitatórios de bens ou serviços distintos e valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deve ser observado por lote ou lote;

§ 4º Nas licitações destinadas à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais licitantes ou as licitantes, para fins de habilitação, atender a qualificação econômica-financeira através de comprovação de capital social mínimo ou de patrimônio líquido;

Art. 6º Nas licitações para aquisição de bens de natureza distinta, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, as licitantes e entidades contratadas deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

§ 1º O disposto neste artigo não impõe a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais para a habilitação do objeto;

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, desde que não haja prejuízo, aos licitantes remanescentes, desde que preencham o preço do primeiro colocado;

§ 3º Se mais de uma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas dar-se-á pela menor preço obtido entre elas;

§ 4º No caso descrito no § 3º, o licitante será chamado para ajustar a proposta de cota de menor valor, que deverá passar a contemplar o mesmo preço da cota de maior valor;

§ 5º Havendo recusa por parte do licitante em ajustar o preço na forma prevista no § 4º, o lote referente à cota de menor valor será adjudicado em favor da empresa vencedora, sendo esta desclassificada desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, com prejuízo da injeção dos remanescentes, incluídos no instrumento convocatório;

§ 6º Caberá à Administração Pública definir, multivariadamente, os critérios de divisão do valor global da licitação, podendo adotar até 25% (vinte e cinco por cento) do valor global, de cada lote ou de cada item da licitação, garantindo as microempresas remanescentes para ampliar a participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

§ 7º Quando existir prioridade para efetuar a contratação de empresa vencedora da cota reservada, no regime de preço, se este ocorrer devido ao valor registrado para a cota de menor valor, a cota de maior valor, se este for o menor valor;

§ 8º No hipótese prevista no § 7º, se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor registrado até o momento registrado na cota reservada, o seu preço permanecerá válido para outras contratações, após o encerramento da cota de menor valor, não lhe sendo assegurada a prioridade de contratação;

Art. 7º Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 2º e 6º:

I - desde que previamente estabelecido, poderá ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais mediante local ou regionalmente, até o limite de 5% (cinco por cento) do melhor preço válido, nos seguintes casos:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual, residente local ou regionalmente, melhor classificado dentro do intervalo definido, será considerado vencedor da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) no hipótese de não contratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou o microempreendedor individual residente local ou regionalmente com base no item "a", sendo convocados os remanescentes que apresentaram as empresas em situação de empate I no orden classificatório, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais residentes locais ou regionalmente, será realizado sorteio entre eles para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) nas licitações a que se refere o art. 7º, a prioridade de contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais residentes locais ou regionalmente será aplicada apenas na cota reservada;

e) nas licitações com aplicação de microcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual residente local ou regionalmente ou ter um comércio ou uma indústria do segmento específico favorecido exclusivamente por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais residentes locais ou regionalmente;

f) quando houver proposta beneficiada com as margens de preferência para produto nacional em regime de preço mínimo, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.886, de 1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que tenham sido de margem de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido pela Lei nº 8.886, de 1993;

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e de preferência de prioridade estadual, deverá ser observado, nos termos dos arts. 47 e 48, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 2008;

Art. 8º Não se aplica o disposto no art. 7º quando:

I - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais residentes locais ou regionalmente e capazes de suprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o instrumento diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto e ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou simplificada, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.886, de 1993, excetuando-se as dispensas previstas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;

IV - o instrumento diferenciado e simplificado não for capaz de atender, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º;

Parágrafo único. Para efeito de obtenção da informação prevista no inciso I, é possível utilizar os dados estatísticos de natureza estatística de empresas eletrônicas, sem prejuízo da realização de pesquisas mercadológicas para obter a realidade efetiva para condicionar os critérios nas seguintes situações;

Art. 9º Para fins da aplicação dos benefícios previstos neste Decreto, deverá ser exigido do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas de lei, de que cumpre as condições legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a servir de tratamento favorável estabelecido nos arts. 43 e 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2008;

§ 1º A identificação das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais no sistema público de pregão eletrônico só deve ocorrer após o encerramento das lances;

§ 2º Na proposta eletrônica, a declaração mencionada no caput do artigo será prestada eletronicamente em campo próprio do sistema, antes do envio da proposta;

§ 3º Nas demais modalidades de licitação e a apresentação de declaração deve ocorrer logo após a abertura de sessão, separadamente das propostas contendo os documentos de habilitação e proposta;

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário. Congonhinhas, 15 de maio de 2020.

Valdinei Aparecido de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Uraí - Estado do Paraná

Decreto Nº 077/2020

SÍNTESE: Dispõe sobre a transparência de gastos na prevenção e no combate ao COVID-19.

O Prefeito do Município de Uraí, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 057 de 14 de maio de 2020, que configurou o Estado de Calamidade Pública em razão da Pandemia, declarada pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que Estado de Calamidade Pública demanda gastos ordinários e extraordinários na prevenção e no combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação Administrativa nº 135/2020 do Ministério Público do Paraná;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de absoluta transparência para a população sobre o trabalho desenvolvido em decorrência do coronavírus;

Art. 1º Fica determinado que Secretarias Municipais que, conjuntamente, tenham todas as providências necessárias para incluir, no Portal Institucional do Município (web), campo específico de consulta a todos os gastos e documentos relacionados às ações de combate à pandemia da COVID-19, incluindo contratações excepcionais, revoas de contratos em curso, despesas licitatórias, aquisições de insumos essenciais dentre outras ações referentes ao combate do novo coronavírus - SARS-CoV-2;

Art. 2º Nas contratações e compras disponibilizadas, devem estar presentes datas e preços, tendo obrigatoriamente anexar os processos ou registros para ser disponibilizados separadamente;

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabete do Prefeito do Município de Uraí, aos dezessete dias

do mês de junho do ano de dois mil e vinte

Carlos Roberto Tamura
Prefeito Municipal de Uraí

Registado e Publicado na Secretaria do Gabinete da Prefeitura do Município de Uraí, aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Valdinei Aparecido de Oliveira
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 077/2020

SÍNTESE: Dispõe sobre reintegração de servidor, em virtude do prazo judicial, O Prefeito do Município de Uraí - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a decisão judicial proferida nos autos do processo judicial nº 0001052-07.2020.8.16.0175, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Uraí, determinando a reintegração do servidor VALDINEI APARECIDO BERGAMINI;

Art. 1º Fica determinada a reintegração do servidor MARIA APARECIDA BERGAMINI, no cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito Municipal de Uraí, Estado do Paraná, aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte.

Carlos Roberto Tamura - Prefeito Municipal

04 (85



0- 187
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: ____/2023



CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
UASG 987517

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 18.053,00(dezoito mil e cinquenta e três reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: ____/____/2023 às ____h____min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SELEÇÃO DO FORNECEDOR: Âmbito Regional

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	14
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517**PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023**

(Processo Administrativo nº ____/2023)

Torna-se público que o Município de Congonhinhas, por meio da Divisão de Licitação, sediada na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens em disputa, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

E-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br Contato: (43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhas.pr.gov.br

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

E-mail: licitacao@congonhinas.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinas.pr.gov.br

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Somente será admitida a participação de empresas do ÂMBITO REGIONAL, nos termos previstos no Art.1º, parágrafo 4º, inciso II e parágrafo 5º do Decreto Municipal nº2.985/2022.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

E-mail: licitacao@congonhinhos.pr.gov.br Contato: (43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhos-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhos.pr.gov.br

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe

E-mail: licitacao@congonhinas.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinas.pr.gov.br

de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superior àquela possa ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

11

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

7.11. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (*art. 4º do Decreto nº 8.538/2015*).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no *art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021*.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.congonhinhos.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

E-mail: licitacao@congonhinas.pr.gov.br Contato: (43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinas.pr.gov.br

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@congonhinhass.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante no preâmbulo deste Edital, destinado a Divisão de Licitação.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.congonhinhass.pr.gov.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Inicial/Ajustada

Município de Congonhinhass, ____ de ____ de 2023.

Agente de Contratação

Termo de Referência 14/2023

Informações Básicas

Número do TR UASG 14/2023 987517-PREF.MUN. DE CONGONHINHAS Editado por ELIZIA RODRIGUES DE MACEDO Atualizado em 11/04/2023 10:59 (v 3.0)
Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda; Número da Contratação Processo Administrativo 01

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra para atender a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12 Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada.	14222	unidade	05	R\$ 499,00	R\$ 2.495,00
2	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 340,00	R\$ 3.400,00
3	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
4	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado	14222	unidade	04	R\$630,00	R\$2.520,00

5	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largtura, Material NYolon, Ponteira de Metal Giratória	14222	unidade	65	R\$27,00	R\$ 1.755,00
6	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm	14222	unidade	40	R\$16,77	R\$ 670,80
7	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6°, 41cm	14222	unidade	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
8	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm	14222	unidade	20	R\$37,90	R\$758,00
9	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm	14222	unidade	10	R\$36,90	R\$369,00
10	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa	14222	unidade	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00
11	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa	14222	unidade	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
12	Pele 14" resposta	14222	unidade	10	R\$34,52	R\$ 345,20

	Pele transparente aro de alumínio, material Filme					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Com a elaboração de ata de Registro de Preço de acordo com Decreto federal 11.462/2023

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando a necessidade de dar continuidade ao projeto da fanfarra, temos o motivo da compra dos instrumentos de percussão para o andamento do projeto, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Cultura.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Requisitos de Contratação:

4.2.1 - Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2.2 - Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.3- Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2.2 - Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.2.3 - Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

Subcontratação

4.6. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. *O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação da secretaria, em remessa única.*

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes, no Município de Congonhinhas- Pr.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. *O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

5.10. *A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.*

5.11. *A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.*

5.12. *Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.*

5.13. *As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.*

5.14. *Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.*

5.15. *O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.*

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.1. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar a verificação periódica da caixa de mensagens do endereço de correspondências eletrônica fornecido pela mesma.

6.12.2. O telefone de contato fornecido pela CONTRATADA deverá estar disponível durante todo o horário comercial, a fim que as notificações do material sejam atendidas dentro do prazo indicado neste Termo de Referência.

6.12.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), certidões que comprovem a regularidade perante a fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Nota Explicativa: Inserir o subitem 6.12 se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Âmbito Regional

8.1. Tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais), conforme custos unitários na tabela em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

06.002 - Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo/ Divisão de Cultura

1.012- Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo

240- 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria

Estudo Técnico Preliminar 22/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Preliminar destina-se a aquisição de instrumentos de percussão, cuja a necessidade é a para continuidade da fanfarra, que é um projeto que exercem uma importante função de inclusão, levando aos jovens e adolescentes uma formação musical, ensinando muito sobre ter foco, disciplina e concentração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	Daiane Santos Pirolo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2 Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3 Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2 Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.3 Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

4.4 O prazo de entrega dos instrumentos é de 30 (trinta) dias;

5. Levantamento de Mercado

De acordo com objeto em questão, o mesmo poderá ser fornecido por diversas empresas do ramo, a qual visamos a melhor forma de contratação, em que pelo presente valor e a necessidade das Secretarias requisitante.

Logo, a presente aquisição poderá ser atendida por diversas empresas.

Deste modo, foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviços da área e sistema Banco de Preços e loja física.

Registrou-se os valores e será utilizado como critério menor preço para contratação.

Ainda, pontuando quanto ao âmbito regional, aplicando o Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a

necessidade e a contratação em questão. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na aquisição de equipamentos de percussão para darmos continuidade ao projeto de fanfarra, para atender a demanda da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas foram realizadas com base nas necessidades e faltas de equipamentos de percussão para o projeto da fanfarra, cuja a sua execução e ao saldo final correspondente para cada item, logo, o planejamento na contratação futura e ao quantitativo atendendo de forma plausível as atividades inerentes da administração pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na presente contratação não se aplica o parcelamento da solução, tendo em vista que a entrega será de remessa única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente demanda não é necessária uma contratação correlata ou interdependente

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento das Secretaria Municipal requisitante. Com objetivo de manter as atividades diárias desempenhadas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios com a referente aquisição visa atender ao projeto da fanfarra, levando para nossas crianças o contato com a música, a inclusão e a disciplina.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente licitação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição se faz necessária para a continuidade ao projeto da fanfarra, que desde 2016 está parada. Sendo assim a necessidade da aquisição desses equipamentos de percussão.

Em que salientamos ainda, tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS
PIROLO:0581239792
9

Assinado de forma digital por
DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2023.04.10 10:16:22 -03'00'

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria Municipal De cultura, Desporto e Turismo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf (83.65 KB)

Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf

**ESTADO DO PARANÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS**

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas

CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212

E-mail: Site:

Solicitação de Compra Nº 75/2023

Solicitante:	Daians Santos Pirolo	Data da Solicitação:	05/04/2023
Organograma:	0600200000 - DIVISÃO DE CULTURA		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo- Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes		
Objeto:	Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra atender a Secretaria de Cultura.		
Justificativa:	Justifica-se a necessidade da compras desses instrumentos para a continuidade da Fanfarra, um projeto esse que leva para as crianças e adolescentes o primeiro contato com a música. Desenvolvendo também a atenção e ensinando sobre ter disciplina.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

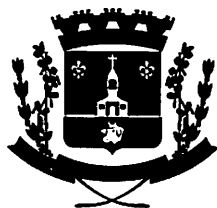
Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103428-1	5,00	UNI	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12 Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada. catmat 14222	499,0000	2.495,00
2	770103429-1	10,00	UNI	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada catmat 14222	340,0000	3.400,00
3	770103430-1	10,00	UNI	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada catmat 14222	360,0000	3.600,00
4	770103431-1	4,00	UND	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado catmat 14222	630,0000	2.520,00
5	770103432-1	65,00	UND	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largura, Material NYolon, Ponteira de Metal Giratória catmat 14222	27,0000	1.755,00
6	770103433-1	40,00	UND	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm catmat 14222	16,7700	670,80
7	770103434-1	50,00	UND	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6º, 41cm catmat 14222	9,0000	450,00
8	770103435-1	20,00	UND	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm catmat 14222	37,9000	758,00
9	770103436-1	10,00	UNI	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm catmat 14222	36,9000	369,00
10	770103437-1	10,00	UND	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa catmat 14222	69,0000	690,00
11	770103438-1	40,00	UND	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa catmat 14222	25,0000	1.000,00
12	770103439-1	10,00	UND	Pele 14" resposta Pele transparente aro de alumínio, material Filme catmat 14222	34,5200	345,20

Preço Total: 18.053,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
240 - 06.002.13.392.0022.1012.4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	00000- 00000.01.07.00.00.1 .500.0000	18.053,00

Congonhinhas, 05 de Abril de 2023.

Assinatura do Responsável



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2023
Processo Administrativo nº049/2023

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº _____/2023, publicada no Diário Oficial do Município Jornal A Cidade Regional de Cornélio Procopio, de ____/____/2023, **Processo Administrativo nº049/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e ao DECRETO MUNICIPAL 3.412 de 22 de agosto de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição _____, especificadas no item 1 do Termo de Referência, Anexo II do edital de Pregão nº _____/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

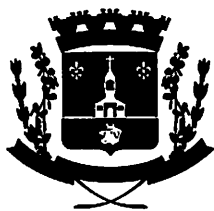
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Qtde.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL						

2.1.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

2.1.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2.1.3.. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Congonhinhas, Estado do Paraná.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A presente ARP tem vigência de 12 MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado para até 24 MESES, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

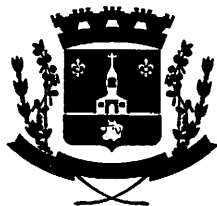
6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
- 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 155 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Congonhinhas, de de 2022.

Responsável legal do Município

Responsável legal do Fornecedor

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA (OBRIGATÓRIO)**(OBS: IDENTIFICAR – PROPOSTA INICIAL E PROPOSTA AJUSTADA)****(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)**

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2023, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$
3	xx		xx	xx	R\$	R\$
Total						R\$

Informar Valor total por extenso R\$...(.....)

Informar especificação dos serviços/materiais;

Informar a unidade, quantidade e valor unitário;

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital (Termo de Referência).

Informar o responsável para assinatura da ATA.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO INTRODUTÓRIO

Número: 131/2023

Consultante: Secretaria Municipal de Cultura, Desp. e Tur.

Referência: Pregão Eletrônico – Proc. 49/2023

Assunto: Aquisição de instrumentos de Percussão para Fanfarra,
para atender as necessidades da Divisão de Cultura..

EMENTA: PARECER JURÍDICO. ANÁLISE DE REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 049/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO -SRP nº 24. PELA REGULARIDADE.

1. DO RELATÓRIO.

Trata-se de consulta formulada pela Divisão de Licitação em atendimento à solicitação de compra nº. 75/2023 realizada pela Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

Diante disso, foi encaminhado o processo administrativo nº 049, Pregão Eletrônico - SRP nº 24 para parecer inicial a esta Procuradoria Jurídica Municipal, conforme art. 53 da Lei 14.133/2021.

É o relatório, passamos a OPINAR.

2. DOS FUNDAMENTOS.

De início, cumpre esclarecer que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar assessoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 14.133/2021.

2.1 Fase Preparatória

2.1.1 Estudo Técnico Preliminar

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****PROCURADORIA JURÍDICA**

A conceituação de estudo técnico preliminar se encontra no glossário da Lei n. 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Conforme prevê o art. 18 da referida Lei, faz parte da fase preparatória do processo licitatório a elaboração de estudo técnico preliminar, em que fique demonstrado que o interesse público identificado pelo órgão público contratante será bem atendido com determinada contratação. Em acréscimo, o § 1º estabelece as etapas a serem seguidas para o seu desenvolvimento, a fim de que seja garantido que as possíveis soluções tenham sido analisadas e identificada a melhor para atendimento da necessidade pública:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; [...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

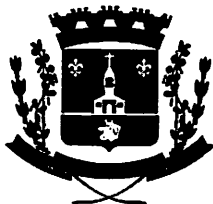
Analisando-se o documento Estudo Técnico Preliminar 22/2023, verifica-se claramente que contemplam as exigências legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

2.1.2 Projeto Básico

O art. 18, II da Lei n. 14.133/2021 ainda estabelece que a definição do objeto deve estar prevista em instrumento competente, no caso o termo de referência:

Os elementos exigíveis na composição do documento são:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Compulsando o doc. Termo de Referência 14/2023, verifica-se que foram todos evidenciados, valendo ressaltar que muitos deles já são considerados na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares, passando a compor documento consolidado, por imperativo de eficiência.

2.1.3 Elaboração do Edital e Minuta de Contrato

A versões finais das minutas foram acostadas no presente processo.

2.1.4 Regime

Também nessa etapa preparatória será definido o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

No caso, será utilizado o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços:

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei: [...]

IV - sistema de registro de preços; [...]

§ 1º Os procedimentos auxiliares de que trata o caput deste artigo obedecerão a critérios claros e objetivos definidos em regulamento.

2.2.5 Modalidade de Licitação, Critério de Julgamento, Modo de Disputa e Motivação das Condições do Edital

A modalidade licitatória eleita foi o pregão, pois considerado que se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, possuindo padrão de desempenho e qualidade passíveis de descrição objetiva e usualmente encontradas no mercado:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado; [...]

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

Deve-se ter em vista importante inserção legislativa, modificando a compreensão do que seriam os bens e serviços especiais (que se opõem conceitualmente ao que é comum), incluindo a alta heterogeneidade ou complexidade como um de seus elementos definidores:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do caput deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante.

De acordo com as observações da unidade requisitante no termo de referência, percebe-se que as especificações estão objetivamente definidas, utilizando padrões de mercado, não se vislumbrando que variações de desempenho e de qualidade sejam decisivas para eleger a proposta que melhor satisfaz o interesse público.

Verificando-se o cabimento do pregão, forçoso que o critério de julgamento seja o menor preço ou maior desconto (vide art. 6º, XLI):

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios: I - menor preço; II - maior desconto; [...]

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

§ 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

Os modos de disputa previstos na legislação são o aberto, fechado e o híbrido:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

No caso, mantendo-se a apresentação tradicional da modalidade pregoão, a escolha foi o modo de disputa aberto.

Devem ser pormenorizadamente evidenciadas as justificativas para as condições do edital, especialmente no que tange à qualificação.

As exigências de qualificação técnica estão delineadas nos art. 67 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do caput deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

No presente caso, não se verificou a inclusão de exigências específicas de qualificação técnica

As exigências de qualificação econômico-financeira estão delineadas no art. 69 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

No presente caso, não se verificou a inclusão de exigências específicas de qualificação econômico-financeira.

A preparação do procedimento envolve igualmente a avaliação dos riscos.

Na situação em apreço, considerando a complexidade do objeto, verificou-se a desnecessidade de mecanismos adicionais de gerenciamento de risco.

Ainda deve ser avaliado se o orçamento será ou não sigiloso

O orçamento estimativo já se encontra divulgado no edital.

Quanto ao disposto na Lei Complementar n. 123/2006, o procedimento licitatório possui itens com cota reservada para ME e EPP, considerando a divisibilidade dos objetos. Colhe-se da Lei Complementar n. 123/2006:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

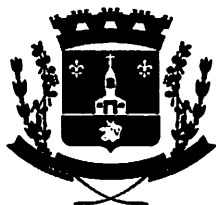
Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: [...]

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Bem como será permitida apenas a participação de empresas que fazem parte da região do Município de Congonhinhas conforme o art. 1º, §4º, inciso II e §5º do Decreto Municipal nº 2.985/2022.

Ocorre que não foi atestado no processo a existência um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

estabelecidas no instrumento convocatório, dito isto, antes do prosseguimento do feito recomendo que a Secretaria Licitante ateste referido requisito.

Importante destacar que a Lei n. 14.133/2021 estabeleceu restrições para que entidades empresariais possam se beneficiar da condição de microempresa e de empresas de pequeno porte:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Observando-se essas novas restrições, o edital foi adequado para prevê-las:

2.5.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

A Lei n. 14.133/2021 estabelece que as demandas de contratação das entidades da Administração pública deverão ser de qualidade comum, vedando a aquisição de artigos de luxo. Delimitou, ainda, que a questão deveria ser regulamentada no prazo de 180 dias, sob pena de ficarem vedadas novas compras de bens de consumo.

Verifica-se que os objetos são de qualidade comum, concluindo-se pela adequação à exigência legal.

Considerando se tratar de registro de preços, torna-se desnecessária a reserva orçamentária para o quantitativo total a ser registrado, com exceção do quantitativo mínimo garantido, em virtude da característica básica do sistema que se configura na não obrigatoriedade de a Administração realizar as contratações advindas do registro.

Para as licitações efetuadas por intermédio deste sistema, a reserva é efetuada em momento posterior, a partir do surgimento da necessidade de aquisição, pela Administração.

3. DA CONCLUSÃO

A análise jurídica das contratações contou com uma maior regulamentação no art. 53 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; I

II - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

PROCURADORIA JURÍDICA

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

§ 6º (VETADO).

Assim, quanto à análise jurídica da contratação, verifica-se que obedece aos ditames da Lei n. 14.133/2021.

Porém, por se tratar de licitação regionalizada se faz necessário que a Secretária Licitante ateste no processo a existência um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Realizada diligência acima descrita esta procuradoria conclui pela aprovação do procedimento em análise, e opina pelo seu prosseguimento, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens: a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

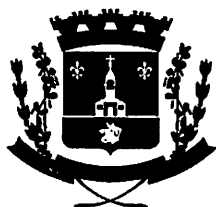
Ademais, visando evitar pedidos de esclarecimentos que possam tumultuar o procedimento recomento que seja anexado ao processo administrativo nº49 o Decreto Municipal nº 2.985/2022.

Eis o parecer, à consideração da autoridade competente.

Congonhinhas, 12 de abril de 2023.

RAONI PEREIRA
DO VAL
OLIVEIRA

Assinado de forma digital
por RAONI PEREIRA DO
VAL OLIVEIRA
Dados: 2023.04.12
09:39:20 -03'00'

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****GABINETE DO PREFEITO**

Referência: Processo 049/2023

Objeto: Aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura

Solicitante: Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo

DESPACHO**O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – ESTADO**

DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob no 75.825.828/0001-88, com sede administrativa na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, centro, Congonhinhas – Paraná, representado pelo seu Prefeito Municipal, José Olegário Ribeiro Lopes, no uso e gozo de suas prerrogativas, em consonância ao disposto na lei de regência, tendo em vista a existência de parecer jurídico pela viabilidade de prosseguimento do processo licitatório, **AUTORIZA** o prosseguimento deste feito, destinado aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura, conforme orientações constantes do Parecer Jurídico.

Encaminhe-se o procedimento à Comissão de Licitação para as providências necessárias.

Congonhinhas (PR), 13 de abril de 2023.

JOSE OLEGARIO
RIBEIRO
LOPES:04209982920

Assinado de forma digital por JOSE OLEGARIO
RIBEIRO LOPES:04209982920
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=EM
BRANCO, ou=12494298000112,
ou=PRESENCIAL, cn=JOSE OLEGARIO RIBEIRO
LOPES:04209982920
Dados: 2023.04.14 08:40:16 -03'00'

José Olegário Ribeiro Lopes

Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 24/2023

CONTRATANTE:
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS
UASG 987517

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 18.053,00(dezoito mil e cinquenta e três reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 28/04/2023 às 09h00min (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por ITEM

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

SELEÇÃO DO FORNECEDOR: Âmbito Regional

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
6. DA FASE DE JULGAMENTO	11
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS.....	14
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	15
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	17
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023**

(Processo Administrativo nº 49/2023)

Torna-se público que o Município de Congonhinhas, por meio da Divisão de Licitação, sediada na Av. Dr. Davi Xavier da Silva, nº 266, Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens em disputa, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

E-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br Contato: (43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhas.pr.gov.br

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Somente será admitida a participação de empresas do ÂMBITO REGIONAL, nos termos previstos no Art.1º, parágrafo 4º, inciso II e parágrafo 5º do Decreto Municipal nº2.985/2020.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212
Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000
Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

E-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhas.pr.gov.br

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento), superior àquela possa ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

E-mail: licitacao@congonhinhass.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhass-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhass.pr.gov.br

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original por cópia.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

E-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhas.pr.gov.br

7.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.11. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.congonhinhos.pr.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

E-mail: licitacao@congonhinhas.pr.gov.br Contato:(43)3554-1212

Avenida Doutor David Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas-PR. CEP: 86.320-000

Site: www.congonhinhas.pr.gov.br

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@congonhinhass.pr.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante no preâmbulo deste Edital, destinado a Divisão de Licitação.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.congonhinhass.pr.gov.br/>.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

11.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta Inicial/Ajustada

Município de Congonhinhass, 14 de abril de 2023.

FRANCIELE	Assinado de forma
APARECIDA DA	digital por FRANCIELE
CRUZ	APARECIDA DA CRUZ
SILVA:05685461992	SILVA:05685461992
	Dados: 2023.04.14
	09:07:32 -03'00'

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Agente de Contratação
Portaria nº002/2023.

Termo de Referência 14/2023

Informações Básicas

Número do TR UASG 14/2023 987517-PREF.MUN. DE CONGONHINHAS Editado por ELIZIA RODRIGUES DE MACEDO Atualizado em 11/04/2023 10:59 (v 3.0)
Status
CONCLUIDO

Outras informações

Categoria II - compra, inclusive por encomenda; Número da Contratação Processo Administrativo 01

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra para atender a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12 Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada.	14222	unidade	05	R\$ 499,00	R\$ 2.495,00
2	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 340,00	R\$ 3.400,00
3	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada	14222	unidade	10	R\$ 360,00	R\$ 3.600,00
4	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado	14222	unidade	04	R\$630,00	R\$2.520,00

5	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largtura, Material NYolon, Ponteira de Metal Giratória	14222	unidade	65	R\$27,00	R\$ 1.755,00
6	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm	14222	unidade	40	R\$16,77	R\$ 670,80
7	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6°, 41cm	14222	unidade	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
8	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm	14222	unidade	20	R\$37,90	R\$758,00
9	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm	14222	unidade	10	R\$36,90	R\$369,00
10	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa	14222	unidade	10	R\$ 69,00	R\$ 690,00
11	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa	14222	unidade	40	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
12	Pele 14" resposta	14222	unidade	10	R\$34,52	R\$ 345,20

	Pele transparente aro de alumínio, material Filme					
--	---	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Com a elaboração de ata de Registro de Preço de acordo com Decreto federal 11.462/2023

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Considerando a necessidade de dar continuidade ao projeto da fanfarra, temos o motivo da compra dos instrumentos de percussão para o andamento do projeto, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Cultura.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Requisitos de Contratação:

4.2.1 - Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2.2 - Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.3- Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2.2 - Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.2.3 - Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

Subcontratação

4.6. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) solicitação da secretaria, em remessa única.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes, no Município de Congonhinhas- Pr.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.12. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.12.1. É de responsabilidade da CONTRATADA realizar a verificação periódica da caixa de mensagens do endereço de correspondências eletrônica fornecido pela mesma.

6.12.2. O telefone de contato fornecido pela CONTRATADA deverá estar disponível durante todo o horário comercial, a fim que as notificações do material sejam atendidas dentro do prazo indicado neste Termo de Referência.

6.12.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), certidões que comprovem a regularidade perante a fazendo Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Nota Explicativa: Inserir o subitem 6.12 se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Âmbito Regional

8.1. Tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais), conforme custos unitários na tabela em anexo.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

06.002 - Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo/ Divisão de Cultura

1.012- Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo

240- 4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS PIROLO

Secretaria

Estudo Técnico Preliminar 22/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 01

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Preliminar destina-se a aquisição de instrumentos de percussão, cuja a necessidade é a para continuidade da fanfarra, que é um projeto que exercem uma importante função de inclusão, levando aos jovens e adolescentes uma formação musical, ensinando muito sobre ter foco, disciplina e concentração.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo	Daiane Santos Pirolo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os instrumentos deverão ser de boa qualidade;

4.2 Os instrumentos deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.3 Não serão aceitos instrumentos que tenham sido violados da embalagem/lacres de fábrica ou já utilizados, e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes.

4.2 Instrumentos que apresentarem defeitos deverão ser substituído imediatamente;

4.3 Todas as documentações exigidas deverão estar regularizadas;

4.4 O prazo de entrega dos instrumentos é de 30 (trinta) dias;

5. Levantamento de Mercado

De acordo com objeto em questão, o mesmo poderá ser fornecido por diversas empresas do ramo, a qual visamos a melhor forma de contratação, em que pelo presente valor e a necessidade das Secretarias requisitante.

Logo, a presente aquisição poderá ser atendida por diversas empresas.

Deste modo, foram realizadas pesquisas de preços com prestadores de serviços da área e sistema Banco de Preços e loja física.

Registrou-se os valores e será utilizado como critério menor preço para contratação.

Ainda, pontuando quanto ao âmbito regional, aplicando o Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a

necessidade e a contratação em questão. Com referência ao critério citado acima, aos itens listados cujo valor total abaixo de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais, aplicando-se o disposto no decreto.

6. Descrição da solução como um todo

Consiste na aquisição de equipamentos de percussão para darmos continuidade ao projeto de fanfarra, para atender a demanda da Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas foram realizadas com base nas necessidades e faltas de equipamentos de percussão para o projeto da fanfarra, cuja a sua execução e ao saldo final correspondente para cada item, logo, o planejamento na contratação futura e ao quantitativo atendendo de forma plausível as atividades inerentes da administração pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.053,00

O valor estimado da contratação é de R\$ 18.053,00 (dezoito mil e cinquenta e três reais).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Na presente contratação não se aplica o parcelamento da solução, tendo em vista que a entrega será de remessa única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Na presente demanda não é necessária uma contratação correlata ou interdependente

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida está alinhada com o planejamento das Secretaria Municipal requisitante. Com objetivo de manter as atividades diárias desempenhadas.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios com a referente aquisição visa atender ao projeto da fanfarra, levando para nossas crianças o contato com a música, a inclusão e a disciplina.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não haverá impactos ambientais decorrentes da presente licitação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente aquisição se faz necessária para a continuidade ao projeto da fanfarra, que desde 2016 está parada. Sendo assim a necessidade da aquisição desses equipamentos de percussão.

Em que salientamos ainda, tendo em vista o valor total para os presentes itens com embasamento no Decreto nº 2.985/2020, a qual Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração pública do Município de Congonhinhas, com observância ao artigo 1º § 4º, inciso II. Ou seja, o referido procedimento realizar-se em âmbito regional, com fundamentação pontuadas para corroborar a necessidade e a contratação em questão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

DAIANS SANTOS
PIROLO:0581239792
9

Assinado de forma digital por
DAIANS SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2023.04.10 10:16:22 -03'00'

DAIANS SANTOS PIROLO
Secretaria Municipal De cultura, Desporto e Turismo

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf (83.65 KB)

Anexo I - NotadeSolicitaodeCompranovo (1).pdf

**ESTADO DO PARANÁ**
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS

AVENIDA DR. DAVID XAVIER DA SILVA, 266 - CENTRO - Congonhinhas
CEP: 86320-000 CNPJ: 75.825.828/0001-88 Telefone: (43) 3554-1212
E-mail: Site:

Solicitação de Compra Nº 75/2023

Solicitante:	Daiane Santos Pirolo	Data da Solicitação:	05/04/2023
Organograma:	0600200000 - DIVISÃO DE CULTURA		
Local de Entrega:	Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo- Avenida Manoel Ribas, 587 - Ginásio de Esportes		
Objeto:	Aquisição de Instrumentos de Percussão para fanfarra atender a Secretaria de Cultura.		
Justificativa:	Justifica-se a necessidade da compra desses instrumentos para a continuidade da Fanfarra, um projeto esse que leva para as crianças e adolescentes o primeiro contato com a música. Desenvolvendo também a atenção e ensinando sobre ter disciplina.		
Observações:			
Desdobramento:			
Fundamento Legal:			
Justificativa Valores:			
Prazo Execução:			
Modalidade:			

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	770103428-1	5,00	UNI	Bumbo Fuzileiro 30x22 Bumbo fuzileiro Marcial, Alumínio Escovado 12	499,0000	2.495,00
2	770103429-1	10,00	UNI	Afinador com Porcas Anti- Vibração. Ferragem Cronada. catmat 14222		
3	770103430-1	10,00	UNI	Surdo 30x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Aro Preto Cor Cromada catmat 14222	340,0000	3.400,00
4	770103431-1	4,00	UND	Surdo 45x14 Surdo Chapa Escovada, Pele Leitosa Cor Cromada catmat 14222	360,0000	3.600,00
5	770103432-1	65,00	UND	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado catmat 14222	630,0000	2.520,00
6	770103433-1	40,00	UND	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largura, Material NYlon, Ponteira de Metal Giratória catmat 14222	27,0000	1.755,00
7	770103434-1	50,00	UND	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm catmat 14222	16,7700	670,80
8	770103435-1	20,00	UND	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6", 41cm catmat 14222	9,0000	450,00
9	770103436-1	10,00	UNI	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm catmat 14222	37,9000	758,00
10	770103437-1	10,00	UND	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro Maçaneta para bumbo com bola de borracha 22,5 cm catmat 14222	36,9000	369,00
11	770103438-1	40,00	UND	Pele 22" Material Poliéster aro de alumínio, tipo Leitosa catmat 14222	69,0000	690,00
12	770103439-1	10,00	UND	Pele 14" Material Poliéster aro de alumínio, tipo leitosa catmat 14222	25,0000	1.000,00
			UND	Pele 14" resposta Pele transparente aro de alumínio, material Filme catmat 14222	34,5200	345,20

Preço Total: 18.053,00**Dotações Utilizadas:**

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
240 - 06.002.13.392.0022.1012.4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente para a Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo	00000- 00000.01.07.00.00.1 .500.0000	18.053,00

Congonhinhas, 05 de Abril de 2023.

DAIANE SANTOS
PIROLO:0581239
7929

Assinado de forma digital
por DAIANE SANTOS
PIROLO:05812397929
Dados: 2023.04.11
14:37:35 -03'00'

Assinatura do Responsável

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS****DIVISÃO DE LICITAÇÃO****PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS – UASG 987517****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023
Processo Administrativo nº049/2023****ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º**

O **MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **José Olegário Ribeiro Lopes**, inscrito no CPF/MF sob nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº24/2023**, publicada no Diário Oficial do Município Jornal A Cidade Regional de Cornélio Procopio, de 14/04/2023, **Processo Administrativo nº049/2023**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e ao DECRETO MUNICIPAL 3.412 de 22 de agosto de 2022, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, especificadas no item 1 do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão nº24/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Qtde.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
VALOR TOTAL						

2.1.1. Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do IPCA (IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados da assinatura da ARP.

2.1.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a pactuação/negociação de novo valor compatível com o de mercado, para cada ITEM/GRUPO do objeto registrado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

2.1.3.. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Congonhinhas, Estado do Paraná.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A presente ARP tem vigência de 12 MESES, contados a partir da data da sua publicação, podendo ser prorrogado para até 24 MESES, nos termos permitidos no art. 84 da Lei 14.133/2021.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

- 6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - 6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 - 6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 6.9.1. por razão de interesse público; ou
 - 6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

- 7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
- 7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 155 da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021.
- 7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive.

8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Congonhinhas, de de 2022.

Responsável legal do Município

Responsável legal do Fornecedor

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA (OBRIGATÓRIO)**(OBS: IDENTIFICAR – PROPOSTA INICIAL E PROPOSTA AJUSTADA)****(uso obrigatório por todas as licitantes) (papel timbrado da licitante)**

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG, CPF, (endereço), propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2023, conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	xx		xx	xx	R\$	R\$
2	xx		xx	xx	R\$	R\$
3	xx		xx	xx	R\$	R\$
Total						R\$

Informar Valor total por extenso R\$...(.....)

Informar especificação dos serviços/materiais;

Informar a unidade, quantidade e valor unitário;

Informar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

Informar que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Prazo máximo de entrega dos produtos será de acordo com o ANEXO I do edital (Termo de Referência).

Informar o responsável para assinatura da ATA.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUTIVO
Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

14/04/2023 09:19:34



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 17/04/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

96120 - ESTADO DO PARANA

UASG Responsável

987517 - PREF.MUN. DE CONGONHINHAS

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00024/2023

Característica

Registro de Preço (SRP)

Forma de Realização

Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº da IRP

00011/2023

Lei

Lei nº 14.133/2021

Critério de Julgamento

Menor Preço/Maior Desconto

Tipo de Objeto

Bens Comuns

Nº do Processo

49

Compra Nacional

Sim

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Validade da Ata SRP

12 mes(es)

Quantidade de Itens

12

Objeto

Registro de Preços para eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura.

Data da Divulgação

17/04/2023

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 17/04/2023 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 28/04/2023 às 09:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº24/2023 - PROCESSO Nº049/2023 – Lei nº 14.133/2021.

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM – ÂMBITO REGIONAL.

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfarra, para atender as necessidades da Divisão de Cultura.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às **08h59min** do dia **28/04/2023**, com **ABERTURA DA SESSÃO** às **09h00min** do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de **BRASÍLIA**.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 14 de abril de 2023.

FRANCIELE
APARECIDA DA
CRUZ
SILVA:05685461992

Assinado de forma digital
por FRANCIELE
APARECIDA DA CRUZ
SILVA:05685461992
Dados: 2023.04.14
09:26:28 -03'00'

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Agente de Contratação
Portaria nº002/2023

AFIXADO NO MURAL DE LICITAÇÕES

EM: 14 / 04 / 2023

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Paraíso - PR

nas EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental): - planejar atividades em geral, juntamente com outros técnicos; - verificar vagas nas escolas, atender solicitações junto ao Juizado de Menores, Descrição Analítica: Promover reuniões com representantes do Clube de Mães; - planejar e/ou orientação das Escolas Municipais; receber o encaminhamento de alunos que apresentam problemas de vínculo social e cultural, entrevistar pais e professores, encaminhando-os, se necessário, a outros profissionais; - coordenar palestras para pais, alunos e professores, recebendo solicitações das escolas, desenvolvendo assuntos previamente estabelecidos pelas mesmas, conforme problemas apresentados; - planejar juntamente com outros técnicos atividades a serem trabalhadas no decorrer do ano; - orientar a criação de CPMs (Círculos de Pais e Mestres) e EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil); - participar de Fórum da Não Violência e de outros projetos; - receber solicitações do Juizado de Menores, solicitar vagas nas escolas para encaminhar os alunos e comunicar à Assistente Social do Fórum; - participar de reuniões de orientação educacional, sexualidade, repensando a Direção Escolar, o Grêmio Estudantil, discutir casos de alunos apresentados pelo grupo, analisar e posteriormente encaminhar para outros profissionais, conforme a necessidade; executar outras tarefas afins; - candidatar-se a cargo de assistente social; - realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social, preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; - realizar e interpretar pesquisas sociais; - orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; - encaminhar clientes a dispensários e hospitais acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos, assistindo aos familiares;

- planejar e promover inquéritos sobre a situação social de escolares e suas famílias; - fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas à solução adequada do problema; estudar os antecedentes da família; - orientar a seleção socioeconômica para a concessão de bolsas de estudo e outros auxílios do Município; - selecionar candidatos a amparo pelos serviços de assistência à velhice, a infância abandonada a cegos, etc.; - fazer levantamentos socio-econômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; - pesquisar problemas relacionados com o trabalho; - supervisionar e manter registros dos casos investigados; - prestar serviços em creches, centros de cuidados diurnos de oportunidades e sociais; - prestar assessoramento, participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; - responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do cargo; - executar tarefas afins; - inclusive as atividades no respectivo regulamento da profissão.

PSICÓLOGO
Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares. Atividades alta complexidade, envolvendo a execução de trabalhos relacionados com o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, com vistas a orientação psicopedagógica e ao ajustamento individual. Coordenar e orientar os trabalhos de levantamentos de dados científicos relativos ao comportamento humano e ao mecanismo psíquico, orientar a elaboração de diagnósticos, prognósticos e controle do comportamento do paciente na vida social, colaborar com médicos, assistentes sociais e outros profissionais, na ajuda aos inadapitados, realizar entrevistas complementares, propor a solução conveniente para os problemas de desajustamento escolar, profissional e social, colaborar no planejamento de programas de educação, inclusive a sanitária, e na avaliação de seus resultados, atender crianças excepcionais com problemas de deficiência mental e sensorial ou portadores de desajuste familiar ou escolar, encaminhando-as para escolas ou classes/graus especiais, emitir pareceres sobre matéria de sua especialidade, orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares, executar outras tarefas afins.

PSICÓLOGO: ÁREA EDUCACIONAL:
-Elaborar e aplicar métodos e técnicas de pesquisas das características psicológicas dos indivíduos e dos grupos, de recrutamento, seleção e orientação profissional, procedendo à aferição desses processos para controle de sua validade; - realizar estudos e aplicações práticas nos campos de educação institucional e da psicologia; - Participar de currículos e programas educacionais, estudando a importância da motivação no ensino, novos métodos de ensino e treinamento, com vistas a melhor receptividade e aproveitamento do aluno e a sua auto-realização; - Participar da execução de programas de educação popular, procedendo estudos com vistas às técnicas de ensino a serem adotadas, baseando-se no conhecimento dos programas de aprendizagem e das diferenças individuais, para definição de técnicas mais eficazes; - Supervisionar e acompanhar a execução dos programas de reeducação, psicopedagógica, utilizando os conhecimentos sobre a psicologia da personalidade e do psicodiagnóstico, para promover o ajustamento do indivíduo; - Colaborar na execução de trabalhos de execução social em comunidades, analisando e diagnosticando casos na área da sua competência, para resolver dificuldades decorrentes de problemas psicossociais; - Executar outras tarefas correlatas.

ANEXO II DO EDITAL Nº 001/2023 CRONOGRAMA DO PSS Nº 001/2023	
Divulgação Oficial do Edital	14/04/2023
Inscrições	18/04/2023 a 04/05/2023
Divulgação Oficial do resultado classificatório das inscrições	05/05/2023
Recurso	08/05/2023 a 10/05/2023
Homologação das inscrições	11/05/2023
Data da entrega dos documentos (prova de título)	16/05/2023
Resultado final	18/05/2023
Recurso do resultado final	19/05/2023 a 23/05/2023
Resultado final conclusivo e homologação	24/05/2023
Convocação para contratação dos aprovados	a partir de dia 01/06/2023

MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE NÃO DEISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Eu, _____, abaixo assinado(a), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) de RG nº _____, SSP/PR e CPF nº _____, em atendimento ao subitem _____, declaro para o fim específico de contratação pelo processo seletivo simplificado pelo Município de Santo Antônio do Paraíso, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação a que se refere o presente Edital, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.

A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica, sujeitando-me às penas previstas no art. 304 do Código Penal, de 1940, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.317, de 2012.

ASSINATURA: _____
RG: _____

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu, _____, abaixo assinado(a), (nacionalidade), (estado civil), portador(a) de RG nº _____, SSP/PR e CPF nº _____, declaro sob as penas da lei, que não ocupo outro cargo, emprego público, em qualquer das esferas do governo, executadas as hipóteses previstas no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal, nem percebo outro benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público.

Nada mais havendo a declarar e por ser verdade firmo a presente.

cidade, _____ de _____ de 2023.
ASSINATURA: _____
RG: _____

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Eu, _____, CPF _____, RG _____, declaro, para todos os efeitos legais, que NÃO POSSUO parentesco consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, com membros da Comissão do PSS.

Por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado.

cidade, _____ de _____ de 2023.
ASSINATURA: _____
RG: _____

Prefeitura Municipal de Congonhinhas - PR

LEI Nº 1.221 DE 13 DE ABRIL DE 2023

SÚMULA: Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial para criação de natureza de despesa corrente, e de outras providências.

A Câmara Municipal de Congonhinhas, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Exercício Financeiro do Município de Congonhinhas para o exercício de 2023, crédito adicional especial, mediante as seguintes disposições:

02.000 - GABINETE DO PREFEITO
02.002 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
02.024.1.2.1.2.200.6-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
R\$ 500.000,00 - 00000.100000.00.00.00.00.00 - Recursos Ordinários (Livres)

Art. 2º Com recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, serão utilizados os resultados do Superávit Financeiro do exercício anterior, nos termos do artigo 43, § 1º, I, da Lei nº 4.320/1964 no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congonhinhas, 13 de abril de 2023.

JOSE OLEGÁRIO RIBEIRO LOPES
CPF nº 14.030.000-00

João Olegário Ribeiro Lopes
Prefeito Municipal

CARLOS ROBERTO
CPF nº 14.030.000-00

MORAES
HACKMANN 0282
CPF nº 14.030.000-00

Carlos Hackmann
Assessor de Planejamento

DOUGLAS
DANILLO BARRETO
DA SILVA
CPF nº 14.030.000-00

Douglas Danilo Barreto da Silva
Assessor Jurídico - Matrícula nº 1957

OAB/PR nº 14.745

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2023 - PROCESSO Nº 049/2023 - Lei nº 14.133/2021

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM - ÂMBITO REGIONAL.
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de instrumentos de percussão para fanfara, para atender as necessidades da Divisão de Cultura.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 28/04/2023, com ABERTURA DA SESSÃO às 09h00min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de Brasília.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente.

Congonhinhas, 14 de abril de 2023.
Franciele Aparecida da Cruz Silva
Agente de Contratação
Portaria nº 002/2023

EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2023

PROCESSO Nº 040/2023 - PREGÃO PRESENCIAL 022/2023

CONTRATANTE: Município de Congonhinhas

CONTRATADO: BRENO JORDÃO EDITORA-ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para publicações em Jornal de Grande Circulação Regional (Região do Município de Congonhinhas/PR), conforme descrito abaixo e de acordo com a proposta da CONTRATADA, apensa ao Processo Licitatório, que passa a ser parte integrante deste Contrato.

VALOR TOTAL: R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência da contratação é de 400 (quatrocentos) dias, com início em 30/03/2023 prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: Congonhinhas, 30 de março de 2023 (a.)

João Olegário Ribeiro Lopes-Prefeito Municipal.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 10/2023 - LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 03/04/2023 - HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2023

O Pregoeiro designado Sr. Clemente Fernandes Rodrigues e o Secretário Municipal, Sr. Aparecido Renato Honório, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520/2002, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolvem ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de gerenciamento dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, visando o abastecimento dos mesmos em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, através do cartão magnético, bem como, o controle dos respectivos abastecimentos e consumo de combustível, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

VENCEDORES:

EDMAR DANTAS DA SILVA - ME

Itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48

Valor total: 150.320,00 (cento e cinquenta mil trezentos e vinte reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses. Congonhinhas, 14 de abril de 2023.

Clemente Fernandes Rodrigues - Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 011/2023 - LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 29/03/2023 - HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2023

O Pregoeiro designado Sr. Clemente Fernandes Rodrigues e o Secretário Municipal, Sr. Aparecido Renato Honório, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 10.520/2002, após analisado o resultado do Pregão acima especificado, resolvem ADJUDICAR e HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de gerenciamento dos veículos da frota da Secretaria Municipal de Saúde, visando o abastecimento dos mesmos em uma ampla rede credenciada de postos de combustíveis, através do cartão magnético, bem como, o controle dos respectivos abastecimentos e consumo de combustível, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

VENCEDORES:

F. R. FERREIRA & CIA LTDA

Item: 01.

Valor total: R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

Congonhinhas, 14 de abril de 2023

Clemente Fernandes Rodrigues - Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2023 - PROCESSO Nº 050/2023 - Lei nº 14.133/2021

Forma: Eletrônico do Tipo Menor Preço por ITEM - ÂMBITO MUNICIPAL.
Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços de concerto, troca de pneus (troca de pneu) e socorro dos veículos e máquinas da Frota Municipal de Congonhinhas-PR.

ENCAMINHAMENTO: As propostas iniciais deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: www.comprasgovernamentais.gov.br.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h59min do dia 03/05/2023, com ABERTURA DA SESSÃO às 09h00min do mesmo dia, no endereço acima. Para todas as referências de tempo mencionadas neste edital será observado o horário de Brasília.

Disponibilidade do Edital e Anexos: Exemplares deste Edital e seus anexos poderão ser obtidos pessoalmente na Divisão de Licitação da Prefeitura, situada a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, Congonhinhas/PR, no horário normal de expediente, ou nos sites www.congonhinhas.pr.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações: Demais informações através de telefone (43) 3554-1212, no horário normal de expediente. Congonhinhas, 14 de abril de 2023.

Franciele Aparecida da Cruz Silva
Agente de Contratação
Portaria nº 002/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2023

O MUNICÍPIO DE CONGONHINHAS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa a Av. Dr. Davi Xavier da Silva, 266, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 75.825.828/0001-88, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Olegário Ribeiro Lopes, inscrito no CPF/MF sob o nº 042.099.829-20, portador da cédula de identidade RG nº 652.029-SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Dr. David Xavier da Silva, nº 567, Município de Congonhinhas, Estado do Paraná, considerando o julgamento da licitação na modalidade de preço, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2023, publicada no Diário Oficial do Município Jornal A Cidade Regional de Congonhinhas, de 27/02/2023, processo Administrativo nº 31/2023, RESOLVE registrar os preços do(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por item(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) colada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de móveis (mesas, cadeiras e armários) e Equipamentos de Cozinha (Geladeira, Pia, Fogão e Balcão) para atender as necessidades das Secretarias Municipais, especificadas no item 1 do Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão nº 19/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

P. C. PANIZO DE BRITO & CIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Paraisópolis, nº 282, Centro, Curitiba, Paraná, CEP 85.300-000 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.851.500/0001-05, neste ato representada por seu Titular, Sr. Patrícia Costa Panizo de Brito, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1.234.567-8, inscrita no CPF/MF sob o nº 123.456.789-0, telefone 43-996552297 e-mail samuelcristianes@gmail.com

ITEM DESCRIÇÃO Marca Modelo UN QTD VALOR UN /RS VALOR TOTAL /RS

13 Cadeira/Fixa Peito - Revestimento do assento e encosto em tecido preto - Medidas Encosto: 36 cm largura x 29 cm altura x 45 espessura - Altura do Assento até o chão: 46 cm - Altura total até o chão: 84 cm - Dimensões aproximadas do produto montado: 42 cm largura x 66 cm profundidade x 63 cm altura LUNAS A UN 33 181,00 5.973,00

AR SANTOS LTDA

CNPJ: 08.434.728/0001-33.
 RUA SIQUEIRA CAMPOS – 386
 CONGONHINHAS – PARANÁ
 FONE: 43 984113246
 Email:djadrianorodrigues@hotmail.com

PROPOSTA FINAL

A empresa AR SANTOS LTDA , estabelecida na Rua Siqueira Campos 386 na cidade de Congonhinhas Pr,telefone 43.984113246), inscrita no CNPJ sob nº 08.434-728/0001-33, neste ato representada por ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS , cargo PROPRIETARIO, RG7015-316-5 , CPF 034.669.259-83 Rua Siqueira Campos 386,, propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
05	Talabarte Correia de 2 Gancho 5 Centimetro de Largura, Material NYolon, Ponteira de Metal Giratória.	Liverpool/2 GANCHOS	UN	65	R\$25,80	1.677,00
09	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para bumbo vom bola de borracha 22,5 cm ..	LIVERPOOL	UN	10	32,80	328,00
Total						R\$ 2005,00

nº 024/2023, conforme abaixo discriminado:

Valor TOTAL R\$2005,00 (DOIS MIL E CINCO REAIS .)

;

A proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

VALIDADE – 60 DIAS

O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da solicitação das Secretarias Municipais, emremessa fracionada, no endereço indicado no momento da solicitação, situado no Município de Congonhinhas..

RESPONSAVEL PELA ASSINATURA ATA ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

CONGONHINHAS,28 DE ABRIL DE 2023



ADRIANO
RODRIGUES DOS
SANTOS:034669
25983

Assinado de forma
digital por ADRIANO
RODRIGUES DOS
SANTOS:03466925983
Data: 2023.04.28
14:13:39 -03'00'

ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
CPF 034.669.259-83
PROPRIETARIO

② Jc

AR SANTOS LTDA

CNPJ: 08.434.728/0001-33.

RUA SIQUEIRA CAMPOS – 386

CONGONHINHAS – PARANÁ

FONE: 43 984113246

Email: djadrianorodrigues@hotmail.com

PROPOSTA FINAL

A empresa AR SANTOS LTDA, estabelecida na Rua Siqueira Campos 386 na cidade de Congonhinhas Pr, telefone 43.984113246), inscrita no CNPJ sob nº 08.434-728/0001-33, neste ato representada por ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS, cargo PROPRIETARIO, RG7015-316-5, CPF 034.669.259-83 Rua Siqueira Campos 386,, propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Congonhinhas, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico

Item	Especificação	Marca/ Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
04	Prato 13" Linha Marching Band, Material Latão, Acabamento Dourado.	Krest/evo13mb	UN	04	625,00	2500,00
06	Baqueta Para Surdo Ponta de Madeira, 28 cm	Liverpool/28cm	un	40	R\$ 14,00	560,00
07	Baqueta de Repique Ponta de Oliva 6º, 41cm	Liverpool/41cm	UN	50	R\$8,30	415,00
08	Baqueta Maçaneta Para Bumbo Fuzileiro. Maçaneta para Bumbo com bola revestida de Pelúcia 30cm.	LIVERPOOL	UN	20	34,90	698,00
Total						R\$ 4173,00

nº 024/2023, conforme abaixo discriminado:

Valor TOTAL R\$4.173,00(QUATRO MIL CENTO E SETENTA E TRES REAIS .)

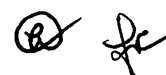
;

A proponente se obriga a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame.

VALIDADE – 60 DIAS

O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados da solicitação das Secretarias Municipais, emremessa fracionada, no endereço indicado no momento da solicitação, situado no Município de Congonhinhas..

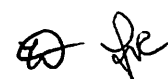
RESPONSAVEL PELA ASSINATURA ATA ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS



Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

CONGONHINHAS, 28 DE ABRIL DE 2023

ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS:03466925983
Assinado de forma digital por
ADRIANO RODRIGUES DOS
SANTOS:03466925983
Dados: 2023.04.28 10:14:24
-03'00'
ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
CPF 034.669.259-83
PROPRIETARIO





Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 08434728000133

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

Handwritten signature

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 28/04/2023 10:07:36

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **A R SANTOS LTDA**
CNPJ: **08.434.728/0001-33**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.434.728/0001-33 DUNS@: 898737834
 Razão Social: A R SANTOS LTDA
 Nome Fantasia: A R S - PROMOCOES E EVENTOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/04/2024
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Licitar: Nada Consta
 Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
 Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com *** está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	02/10/2023
FGTS	Validade:	03/05/2023
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	17/10/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	27/07/2023
Receita Municipal	Validade:	09/06/2023

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: 31/12/2022 (*)

Emitido em: 28/04/2023 10:08

CPF: 056.854.619-92 Nome: FRANCIELE APARECIDA DA CRUZ

Ass: _____

1 de 1

Handwritten signature



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível V - Qualificação Técnica

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.434.728/0001-33 DUNS@: 898737834
Razão Social: A R SANTOS LTDA
Nome Fantasia: A R S - PROMOCOES E EVENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade
prefeitura de congonhinhos	001	31/12/2023
CAMARA DE CONGONHINHAS PR	002	31/12/2023



Câmara Municipal de Congonhinhas

*Rua Oscar Pereira de Camargo, 396 – Centro – Fone 43-3554.1361.
86.320-000 – Congonhinhas - Estado do Paraná.*

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa **AR SANTOS E CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Siqueira Campos, nº 386, na cidade de Congonhinhas, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.434.728.0001/33, prestou serviços de Projetos e Execução e Montagem de Som para o Plenário da Câmara Municipal de Congonhinhas PR, de forma satisfatória e atendendo as normas exigidas, demonstrando plena capacidade para a execução e cumprindo com todos os compromissos contratos.

Congonhinhas, 06 de julho de 2021.

ADEMAR ALVES CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal de
Congonhinhas - PR



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 08.434.728/0001-33 DUNS®: 898737834
 Razão Social: A R SANTOS LTDA
 Nome Fantasia: A R S - PROMOCOES E EVENTOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 26/04/2024

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Micro Empresa
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
 Capital Social: R\$ 300.000,00 Data de Abertura da Empresa: 07/11/2006
 CNAE Primário: 4756-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS E ACESSÓRIOS

CNAE Secundário 1: 1813-0/01 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO
 CNAE Secundário 2: 2511-0/00 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS
 CNAE Secundário 3: 4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA
 CNAE Secundário 4: 4520-0/07 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO
 CNAE Secundário 5: 4742-3/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELÉTRICO
 CNAE Secundário 6: 4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
 CNAE Secundário 7: 4752-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS
 CNAE Secundário 8: 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
 CNAE Secundário 9: 4761-0/03 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA
 CNAE Secundário 10: 4763-6/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS
 CNAE Secundário 11: 4763-6/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS
 CNAE Secundário 12: 7311-4/00 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE
 CNAE Secundário 13: 7319-0/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NÃO
 CNAE Secundário 14: 7420-0/04 - FILMAGEM DE FESTAS E EVENTOS
 CNAE Secundário 15: 7721-7/00 - ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS RECREATIVOS E ESPORTIVOS
 CNAE Secundário 16: 7739-0/03 - ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS
 CNAE Secundário 17: 8121-4/00 - LIMPEZA EM PRÉDIOS E EM DOMICÍLIOS
 CNAE Secundário 18: 8129-0/00 - ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS
 CNAE Secundário 19: 8230-0/01 - SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS,
 CNAE Secundário 20: 8591-1/00 - ENSINO DE ESPORTES
 CNAE Secundário 21: 9001-9/02 - PRODUÇÃO MUSICAL
 CNAE Secundário 22: 9001-9/04 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS CIRCENSES, DE
 CNAE Secundário 23: 9001-9/05 - PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E
 CNAE Secundário 24: 9001-9/06 - ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO

Relatório de Credenciamento

CNAE Secundário 25: 9001-9/99 - ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS E ATIVIDADES
 CNAE Secundário 26: 9319-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS
 CNAE Secundário 27: 9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE
 CNAE Secundário 28: 9609-2/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NÃO

Dados para Contato

CEP: 86.320-000
 Endereço: RUA SIQUEIRA CAMPOS, 386 - CENTRO
 Município / UF: Congonhinhas / Paraná
 Telefone: (43) 84113246 Telefone: (43) 35541515
 E-mail: DJADRIANORODRIGUES@HOTMAIL.COM

Dados do Responsável Legal

CPF: 034.669.259-83
 Nome: ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 034.669.259-83
 Nome: ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
 E-mail: djadrianorodrigues@hotmail.com

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 034.669.259-83 Participação Societária: 100,00%
 Nome: ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS
 Número do Documento: 70153165 Órgão Expedidor: SSPPR
 Data de Expedição: 11/01/1994 Data de Nascimento: 11/12/1980
 Filiação Materna: MARIA ROSA DOS SANTOS
 Estado Civil: Solteiro(a)
 CEP: 86.320-000
 Endereço: RUA VEREADOR GERSON APARECIDO BORGES, 225 - CENTRO
 Município / UF: Congonhinhas / Paraná
 Telefone: (43) 35541396
 E-mail: djadrianorodrigues@hotmail.com

Linhas Fornecimento

Serviços

892 - Propaganda e Publicidade

12556 - Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem

24376 - Instalação e Montagem de Palco

**DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA PARA
TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS AO SÓCIO REMANESCENTE E CONSOLIDAÇÃO**

A R SANTOS & CIA LTDA

CNPJ – 08.434.728/0001-33

ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 11 de dezembro de 1980, residente e domiciliado à Rua Vereador Gerson Aparecido Borges, 225 CEP: 86320-000 na Cidade de Congonhinhas estado do Paraná, portador do CPF/MF nº 034.669.259-83 e cédula de Identidade RG. 7.015.316-5, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e **DEBORA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, nascida em 18/04/1988, empresária, residente e domiciliada à Avenida Manoel Ribas, 139 centro CEP: 86320-000 na Cidade de Congonhinhas Estado do Paraná, portadora do CPF/MF nº 067.209.119-45 e cédula de Identidade RG. 42.837.398- 7 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, sócios competente da empresa denominada de **A R SANTOS & CIA LTDA**, estabelecida à Rua Siqueira Campos, 386, centro CEP 86.320.000, Congonhinhas, Estado do Paraná, , devidamente inscrita n sob nº 08.434.728/0001-33 e inscrito na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 412.05818319 por despacho em sessão de 07/11/2006 resolvem por este instrumento, de comum acordo **ALTERAR** e **CONSOLIDAR** o contrato da sociedade mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS - não desejando mais permanecer na sociedade retira-se da sociedade a sócia e **DEBORA DE OLIVEIRA**, brasileira, solteira, nascida em 18/04/1988, acima qualificada, doravante denominada **CEDENTE**, a qual transfere a título de venda a totalidade de suas quotas ao sócio **ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS**, também qualificado acima, doravante denominado **REMANESCENTE**, o montante de 8.500 (oito mil e quinhentas) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalizando R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), perfazendo o percentual de 100% das

✍

**DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA PARA
TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS AO SÓCIO REMANESCENTE E CONSOLIDAÇÃO**

A R SANTOS & CIA LTDA

CNPJ – 08.434.728/0001-33

quotas, que a partir deste instrumento a sócia que está saindo, dá, plena, geral e irrevogável quitação de seus haveres, ficando da seguinte forma:

	Sócios	Cotas	R\$
01	ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS	30.000	30.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: ELEVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL - O Capital Social teve elevação de R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais), dividido em 270.000 (duzentos e setenta mil quotas(no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas anteriormente em moeda corrente nacional, mediante o aproveitamento dos lucros acumulados, ficando da seguinte forma:

	Sócios	Cotas	R\$
01	ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS	300.000	300.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO - O sócio cedente desiste de eventuais ativos existentes na empresa, em favor do sócio remanescente e da própria sociedade. Quanto a passivo existente, é de responsabilidade exclusiva do sócio remanescente.

CLÁUSULA QUARTA: O objeto social a partir deste INSTRUMENTO será o de:

ARTES CÊNICAS;

ESPETÁCULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;

OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;

**DÉCIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA PARA
TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS AO SÓCIO REMANESCENTE E CONSOLIDAÇÃO**

A R SANTOS & CIA LTDA

CNPJ – 08.434.728/0001-33

ALUGUEL, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS
DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES;

PRODUCAO MUSICAL;

ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO;

OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;

PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE RODEIOS, VAQUEJADAS E SIMILARES;

SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS;

AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE;

ATIVIDADE DE LIMPEZA DE RUAS;

ATIVIDADES DE ENSINO DE ESPORTES EM ESCOLAS ESPORTIVAS OU POR PROFESSORES
INDEPENDENTES, TAIS COMO FUTEBOL, BASQUETE, VOLEI, TENIS, NATAÇÃO, ARTES
MARCIAIS; EQUITACAO, MERGULHO;

ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM POR CONTA PROPRIA EM ATIVIDADES
ESPORTIVAS, TAIS COMO ATLETAS, ÁRBITROS, TREINADORES, JUIZES;

IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO;

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA VEICULOS
AUTOMOTORES;

COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ELÉTRICOS; COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
TELEFONIA E COMUNICACAO;

COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA;

COMÉRCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS;

COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS;

A.
R.

de fe